



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

WILLIANA FRANCISCA CORREIA

**CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS RAROS COMO PRÁTICA DE
SALVAGUARDA DO CONHECIMENTO: estudo de caso na sala Gláucio Veiga da
Faculdade de Direito do Recife**

Recife

2025

WILLIANA FRANCISCA CORREIA

**CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS RAROS COMO PRÁTICA DE
SALVAGUARDA DO CONHECIMENTO: estudo de caso na sala Gláucio Veiga da
Faculdade de Direito do Recife**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a): Profa. Dra. Thais Helen do Nascimento Santos

Recife

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Correia, Williana Francisca.

Conservação de documentos raros como prática de salvaguarda do conhecimento: estudo de caso na sala Gláucio Veiga da Faculdade de Direito do Recife. / Williana Francisca Correia. - Recife, 2025.

85 p.

Orientador(a): Thais Helen do Nascimento Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Biblioteconomia, 2025.

Inclui referências, apêndices.

1. Conservação de documentos. 2. Documentos raros. 3. Biblioteca universitária. 4. Memória coletiva. I. Santos, Thais Helen do Nascimento. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)



Serviço Público Federal

Universidade Federal de Pernambuco Centro de Artes e Comunicação

Departamento de Ciência da Informação

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO FOLHA DE APROVAÇÃO

**CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS RAROS COMO PRÁTICA DE
SALVAGUARDA DO CONHECIMENTO: estudo de caso na sala Gláucio Veiga da
Faculdade de Direito do Recife**

WILLIANA FRANCISCA CORREIA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Biblioteconomia, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

TCC aprovado em 5 de dezembro de 2025

Banca Examinadora:

THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS - Orientador(a)
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

MÁRCIA IVO BRAZ – Examinador(a) 1
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

DANIELA EUGÊNIA MOURA DE ALBUQUERQUE - Examinador(a) 2
Doutoranda PPGCI/UFPE

Dedico este trabalho à minha avó, Severina Francisca da Silva. Embora não possa lê-lo, deixo aqui registrada a minha profunda gratidão, admiração e devoção. Cada ensinamento seu — sobre força, garra, determinação e a coragem de nunca desistir — permanece vivo em mim, guiando meus passos e inspirando cada conquista.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que partilharam meus dias e aos que, de longe, torceram por mim com ternura invisível: meu coração lhes é grato.

RESUMO

A conservação de documentos raros em bibliotecas é fundamental para a salvaguarda do patrimônio histórico e intelectual, garantindo a preservação da memória coletiva. Desse modo, a pesquisa tem por objetivo analisar as práticas de conservação desenvolvidas na sala Gláucio Veiga, de documentos raros, adotada pela biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Trata-se de um estudo de caso de natureza qualitativa, sendo uma pesquisa descritiva e exploratória, cujos procedimentos metodológicos incluíram análise documental, observação direta não participante e revisão bibliográfica, que permitiu identificar estratégias de conservação preventiva adotadas pela instituição, como o controle ambiental e acondicionamento. Os resultados demonstraram que, embora o espaço da Sala Professor Gláucio Veiga apresente boas práticas e infraestrutura adequada, ainda existem desafios relacionados à ordem financeira, especialmente no que se refere à aquisição de equipamentos, materiais específicos e à manutenção contínua das condições ambientais ideais.

Palavras-chave: conservação de documentos; documentos raros; biblioteca universitária; memória coletiva.

ABSTRACT

The conservation of rare documents in libraries is essential for safeguarding historical and intellectual heritage, ensuring the preservation of collective memory. In this context, the present research aims to analyze the conservation practices developed in the Gláucio Veiga Room for rare documents, implemented by the Library of the Faculty of Law of Recife. This is a qualitative case study, characterized as descriptive and exploratory research, whose methodological procedures included document analysis, non-participant direct observation, and a literature review. These methods allowed the identification of preventive conservation strategies adopted by the institution, such as environmental control and proper storage. The results showed that, although the Professor Gláucio Veiga Room presents good practices and adequate infrastructure, there are still challenges related to financial constraints, especially regarding the acquisition of equipment, specific materials, and the continuous maintenance of ideal environmental conditions.

Keywords: document conservation; rare documents; university library; collective memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Critérios de raridade	28
Figura 2 - Saco desumidificador.	50
Figura 3 - Biblioteca (térreo).	51
Figura 4 - Corredor com iluminação natural.	52
Figura 5 - Teto da biblioteca.	53
Figura 6 - Fio tensionado anti pombos.	54
Figura 7 - Espículas anti pombos.	55
Figura 8 - Correio Brasiliense.	56
Figura 9 - Obras raras.	57
Figura 10 - Amostra da janela 1.	60
Figura 11 - Amostra da janela 2.	60
Figura 12 - Datalogger de temperatura e umidade.	61
Figura 13 - Ar condicionado.	62
Figura 14 - Controle de troca semanal do ar condicionado.	62
Figura 15 - Obra rara encadernada em ouro.	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo dos procedimentos metodológicos

17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIBCCJ Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas

FDR Faculdade de Direito do Recife

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
3	A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE MEMÓRIA COLETIVA E SOCIAL	19
4	ACERVOS E OBRAS RARAS	26
5	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS EM SUPORTE PAPEL	33
5.1	Diagnóstico de conservação	44
6	CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PAPEL NA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE	47
6.1	Sala Professor Gláucio Veiga	56
6.2	Análise e discussão dos resultados	66
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICE A	81

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas desempenham, historicamente, um papel central na preservação do conhecimento e da memória coletiva das sociedades. Desde as primeiras bibliotecas da antiguidade até os centros de informação contemporâneos, esses espaços configuram-se como depositários da produção intelectual humana, guardando registros essenciais para a construção, transmissão e continuidade do saber. Entre os diversos tipos de coleções sob a custódia, destacam-se os documentos raros, cuja relevância ultrapassa os limites do conteúdo informacional, envolvendo também aspectos simbólicos, culturais e materiais que os tornam insubstituíveis (Vergueiro, 1993).

Esses documentos constituem verdadeiros testemunhos históricos, representando fragmentos do pensamento, das práticas jurídicas, dos valores e das transformações que marcaram diferentes épocas. Sua raridade pode estar associada à antiguidade, à tiragem limitada, às características tipográficas, à autoria ou à relevância histórica da obra. No entanto, justamente por essas peculiaridades, esses materiais demandam cuidados técnicos específicos voltados à sua conservação e preservação, uma vez que sua deterioração pode implicar a perda irreversível de registros fundamentais da história intelectual, jurídica e cultural de um povo.

No contexto das bibliotecas universitárias, o desafio da preservação de acervos raros ganha contornos ainda mais complexos. Tais instituições, ao mesmo tempo que atuam como centros de ensino, pesquisa e extensão, assumem a responsabilidade pela salvaguarda de obras que muitas vezes integram o patrimônio bibliográfico nacional. Nesse cenário, a atuação das bibliotecas universitárias vai além da disponibilização de informações atualizadas para suas comunidades acadêmicas, englobando, também, a missão de proteger documentos históricos que são fontes imprescindíveis para o estudo de diversas áreas do conhecimento (Vergueiro, 1993).

A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR), vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco (CCJ/UFPE), destaca-se como um espaço emblemático nesse debate. Fundada no século XIX, a FDR possui uma trajetória na história da educação jurídica brasileira, tendo formado juristas, políticos e intelectuais de projeção nacional (Rodas, 2022). Ao longo dos

anos, a biblioteca constituiu um acervo raro e de grande valor, composto por obras jurídicas, filosóficas, políticas e históricas que testemunham não apenas a evolução do Direito no Brasil, mas também a formação das estruturas sociais e institucionais do país.

Essa relevância histórica e patrimonial da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife também é evidenciada nos relatos de Gláucio Veiga, que registra não apenas a formação do acervo raro, mas, sobretudo, o papel fundamental desempenhado por profissionais que atuaram na sua preservação. O autor enfatiza que a permanência e a integridade das coleções resultaram do esforço de bibliotecárias que se dedicaram à salvaguarda desse patrimônio.

Veiga ([1994], p. 12-13) destaca o papel fundamental desempenhado pelas bibliotecárias Eunice Robalino e Leonice Ferreira da Silva na preservação do acervo raro da Faculdade de Direito do Recife. Segundo o autor, a continuidade e a integridade da coleção dependeram da dedicação dessas profissionais, sendo Leonice responsável pela única tentativa de catalogação da Biblioteca de Tobias Barreto. O autor ressalta ainda que ambas, juntamente com suas auxiliares, foram essenciais na salvaguarda da Coleção Santo Albino e de outras obras raras herdadas dos Oratorianos.

O acervo raro da sala Gláucio Veiga da biblioteca da FDR representa, portanto, um patrimônio inestimável que exige atenção redobrada por parte dos bibliotecários, da gestão acadêmica e das políticas públicas voltadas ao setor cultural. Preservar esse acervo significa não apenas manter viva a memória institucional da FDR, mas também garantir o acesso dessa documentação às gerações futuras para a compreensão do desenvolvimento jurídico e social brasileiro. No entanto, as práticas de conservação e preservação enfrentam desafios diversos, como a escassez de recursos humanos e financeiros, a ausência ou fragilidade de políticas institucionais, o estado das instalações físicas e a carência de tecnologias adequadas.

Nesse sentido, surge a necessidade de analisar, de forma crítica e sistematizada, como vêm sendo conduzidas as ações de conservação no âmbito da sala Gláucio Veiga da biblioteca da FDR. Compreender essas práticas e seus impactos é essencial para traçar estratégias de gestão mais eficazes e sustentáveis, que assegurem a continuidade do acervo raro enquanto bem cultural e fonte de conhecimento. Além disso, tal investigação pode contribuir para o fortalecimento das

políticas de preservação em outras bibliotecas universitárias que compartilham realidades semelhantes.

Como problema, busca-se responder à seguinte questão: de que forma se dão as práticas de conservação de documentos raros adotadas pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, na sala Gláucio Veiga? Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo geral o de analisar as práticas de conservação desenvolvidas na coleção Gláucio Veiga, de documentos raros, adotada pela biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Para alcançar esse propósito foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar o acervo e as obras raras;
- b) Desenvolver o diagnóstico de conservação no acervo lócus da pesquisa;
- c) Assinalar recomendações às práticas de conservação para a sala Gláucio Veiga.

A presente pesquisa justifica-se não apenas pela relevância do acervo estudado, mas também pela urgência em fomentar discussões e práticas voltadas à preservação do patrimônio bibliográfico em instituições públicas de ensino superior. O estudo poderá servir como subsídio para ações de aprimoramento técnico, formação de políticas institucionais e sensibilização da comunidade acadêmica quanto à importância da conservação do acervo raro como instrumento de valorização da história e do saber.

Quanto à justificativa pessoal, desde que me aprofundei no universo da Biblioteconomia, sempre me fascinou o poder dos livros raros como testemunhas do passado. Cada exemplar carrega consigo não apenas o conhecimento que transmite, mas também a história de sua própria existência: sua edição, suas marcas de uso e até mesmo os vestígios de quem já o manuseou. Preservar esses livros significa proteger fragmentos da nossa identidade coletiva, garantindo que gerações futuras tenham acesso a fontes primárias e autênticas do conhecimento histórico.

No entanto, mesmo reconhecendo essa importância, percebe-se que a conservação de documentos raros ainda enfrenta desafios significativos. A degradação física, a falta de políticas eficazes e a necessidade de profissionais especializados tornam essa missão ainda mais urgente. Diante desse cenário, senti a necessidade de contribuir para a discussão sobre o papel das bibliotecas

especializadas¹, analisando suas práticas e propondo caminhos para a salvaguarda desses acervos inestimáveis.

Este trabalho nasce, portanto, do meu interesse pessoal por livros raros e da convicção de que sua preservação é essencial para a continuidade do conhecimento humano. Ao estudar bibliotecas especializadas nessa área, espero não apenas aprofundar a minha compreensão sobre o tema, mas também reforçar a importância dessas instituições na proteção da memória histórica. Assim, ao lançar luz sobre as práticas adotadas pela biblioteca da FDR, este trabalho almeja contribuir para o fortalecimento do papel das bibliotecas universitárias como guardiãs históricas e agentes ativos na proteção da memória intelectual e cultural do país.

Dessa forma, este trabalho organiza-se em sete seções, além desta introdução, articulando os procedimentos metodológicos, o referencial teórico e a análise empírica. A estrutura contempla a metodologia adotada, a discussão sobre o papel das bibliotecas na preservação da memória, os fundamentos relacionados aos acervos raros e às práticas de conservação, bem como o estudo de caso realizado na sala Gláucio Veiga da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Por fim, são apresentadas as considerações finais, reunindo os principais achados e reflexões da pesquisa.

¹ A Faculdade de Direito do Recife (FDR) possui duas tipologias de bibliotecas: a biblioteca circulante, destinada ao acervo de uso corrente voltado ao curso de Direito, e a biblioteca responsável pelas coleções especiais e coleções de obras raras.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa. Segundo Gil (2025, p. 9), “a pesquisa qualitativa é frequentemente compreendida como a modalidade de pesquisa que se fundamente em amplas descrições e não em dados numéricos.” Essa abordagem se aplica à presente investigação porque o estudo busca compreender, interpretar e descrever as práticas de conservação desenvolvidas na coleção de obras raras da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, enfatizando aspectos contextuais, procedimentais e ambientais que não podem ser quantificados. Assim, a análise prioriza a observação direta, a descrição detalhada do ambiente e a interpretação das práticas adotadas, permitindo compreender a realidade da coleção em sua complexidade.

No que se refere à tipologia, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, uma vez que busca compreender, interpretar e descrever as práticas de conservação existentes na sala Gláucio Veiga. Segundo Gil (2025), as pesquisas exploratórias têm como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”, destacando-se por um planejamento flexível que permite considerar diferentes aspectos relacionados ao objeto de estudo. Já as pesquisas descritivas, conforme o mesmo autor, têm como finalidade “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (Gil, 2025), utilizando, para isso, técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática. Dessa forma, o estudo articula ambas as abordagens para analisar as práticas de conservação e preservação de documentos raros presentes no acervo investigado.

A investigação também se configura como do tipo documental e bibliográfica, por envolver o exame de instrumentos institucionais de gestão do acervo, assim como trata-se de um estudo de caso, considerando que se aprofunda na realidade singular da sala Gláucio Veiga da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife (FDR). O estudo de caso foi desenvolvido a partir da integração entre análise documental, pesquisa bibliográfica e observação direta, permitindo compreender, de maneira aprofundada, a dinâmica de preservação do acervo, as práticas instituídas e as condições reais oferecidas à coleção rara. Conforme assinala Bressan (2000, p. 1)

Estudo de caso tem sido amplamente utilizado em muitos estudos de campo em situações nas quais o fenômeno estudado não pode ser manipulado, mas onde é possível se fazer observações diretas, entrevistas sistemáticas e mesmo levantamentos, especialmente quando se procuram explicações aprofundadas sobre o fenômeno estudado.

O *lócus* da pesquisa é a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, instituição centenária e reconhecida por sua relevância histórica na formação jurídica brasileira. A sala Gláucio Veiga, objeto central deste estudo, corresponde ao segmento de obras raras da biblioteca, composta majoritariamente por livros jurídicos antigos, edições esgotadas, materiais frágeis e acervos particulares incorporados ao longo do tempo. Essa coleção recebe tratamento especializado devido à sua antiguidade, valor bibliográfico e documental, além das marcas de proveniência que evidenciam sua trajetória institucional e intelectual. A escolha desse acervo como objeto de análise justifica-se por sua significativa representatividade histórica e pelas demandas específicas de conservação que apresenta na biblioteca da FDR.

Os procedimentos de coleta de dados foram estruturados exclusivamente a partir de técnicas empíricas aplicadas à realidade observada, com foco no objetivo de diagnosticar as condições de conservação da coleção. A principal técnica utilizada foi a observação direta não participante, realizada durante visita técnica à sala Gláucio Veiga da Biblioteca da FDR. Esse procedimento se alinha ao que Prodanov e Freitas (2013, p. 105) definem como observação não participante, na qual

O pesquisador toma contato com a comunidade, o grupo ou a realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora. Presencia o fato, mas não participa dele; não se deixa envolver pelas situações; faz mais o papel de espectador. Isso, porém, não quer dizer que a observação não seja consciente, dirigida, ordenada para um fim determinado. O procedimento tem caráter sistemático

A visita ocorreu no dia 10 de setembro de 2025, sendo conduzida pelos bibliotecários responsáveis pelo acervo. Nessa ocasião, foram observados fatores como condições ambientais (temperatura, umidade relativa e incidência luminosa), tipo e estado do mobiliário, formas de acondicionamento, organização espacial e evidências de danos físicos nos documentos (Cassares, 2000). Quando autorizado, foram produzidos registros fotográficos destinados a documentar situações

relevantes para o diagnóstico. A observação foi guiada por um roteiro (Apêndice A) estruturado com base no “Roteiro de Avaliação e Diagnóstico em Conservação Preventiva” de Souza, Rosado e Froner (2008), voltado à identificação de parâmetros de conservação preventiva aplicáveis a acervos bibliográficos raros.

A quadrangulação entre análise documental, pesquisa bibliográfica, observação direta e estudo de caso permitiu a construção de um panorama analítico consistente, assegurando a validade interpretativa dos resultados e possibilitando uma compreensão integrada das práticas de preservação adotadas pela instituição.

Quadro 1 - Demonstrativo dos Procedimentos Metodológicos

Objetivos Específicos	Procedimentos de Coleta	Procedimentos de Análise
Caracterizar o acervo e as obras raras	Coleta de documentos institucionais relacionados ao acervo raro (catálogos, inventários, registros internos e normativas institucionais)	Análise de conteúdo dos documentos institucionais; Análise dos critérios institucionais de raridade.
Desenvolver o diagnóstico de conservação no acervo lócus da pesquisa	Observação direta in loco (visita técnica); Registro fotográfico.	Descrição e categorização dos dados observados; Análise comparativa com parâmetros técnicos de conservação (temperatura, umidade, iluminação, acondicionamento etc.).
Assinalar recomendações às práticas de conservação para a sala Gláucio Veiga.	Análise de registros e relatórios de conservação	Análise de conteúdo das ações registradas; Identificação de boas práticas e avaliação de sua efetividade.

Os procedimentos de análise seguiram os objetivos específicos da pesquisa. Para o objetivo de caracterizar os acervos e as obras raras, foram examinados documentos institucionais, catálogos, registros internos, inventários e critérios de raridade, permitindo compreender a composição, trajetória, tipologia documental e justificativas de raridade atribuídas pela instituição. Essa etapa corresponde à análise documental, uma vez que não envolve coleta empírica, mas interpretação de fontes registradas.

Já para o objetivo de diagnosticar as condições de conservação, os dados levantados na visita técnica foram descritos e categorizados conforme os elementos do roteiro de observação, permitindo identificar padrões, fragilidades e condições ambientais do espaço. Em seguida, essas evidências foram comparadas com parâmetros técnicos de conservação preventiva estabelecidos na literatura científica especializada, possibilitando avaliar o grau de conformidade das práticas observadas. Por fim, foram identificadas boas práticas existentes e lacunas que demandam intervenções, de modo a subsidiar recomendações voltadas ao aprimoramento das ações de preservação da sala Gláucio Veiga.

3 A BIBLIOTECA COMO LUGAR DE MEMÓRIA COLETIVA E SOCIAL

A memória coletiva desempenha um papel essencial na construção da identidade de uma sociedade, pois é por meio dela que os grupos sociais compartilham, preservam e transmitem saberes, experiências, tradições e valores. Ela não é estática, mas sim um processo dinâmico, continuamente construído, reconstruído e, muitas vezes, disputado ao longo do tempo. Como destaca Le Goff (1990, p. 410)

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objetivo de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

A citação acima evidencia que a memória coletiva não se limita a preservar o passado, ela é também um instrumento de poder, pois quem define o que deve ser lembrado ou esquecido influencia diretamente na formação das identidades e na perpetuação de determinados discursos. Nesse contexto, documentos raros tornam-se testemunhos materiais da memória social escrita, fundamentais para compreender as transformações políticas, jurídicas e culturais do país.

A reflexão sobre a memória conduz ao entendimento das bibliotecas como lugares de memória, espaços que materializam e preservam as experiências coletivas. Castro (2006, p. 13) destaca o papel simbólico da biblioteca nesse processo:

Biblioteca é um lugar de memória e espaço de armazenamento das materialidades textuais produzidas em tempos e localidades diversos e que desempenha, mesmo com todo o avanço tecnológico, o papel de guardião do conhecimento. Não no sentido de guardar para si o patrimônio material e imaterial produzido por homens e mulheres do passado, mas de, através dele, possibilitar o acesso a um passado disforme que pode ganhar sentido nas mãos de pesquisadores, bibliotecários e leitores.

A partir dessa perspectiva, as bibliotecas configuram-se como espaços fundamentais para a preservação da memória coletiva e a mediação entre passado e presente. Essa concepção ultrapassa o entendimento da biblioteca como mera

depositária de documentos, evidenciando seu papel ativo na salvaguarda do patrimônio material e imaterial da humanidade.

A atuação da biblioteca como guardião do conhecimento não implica a retenção do patrimônio, mas sim a sua disponibilização crítica e responsável. Nesse contexto, a conservação dos acervos raros é condição fundamental para garantir o acesso contínuo a esses testemunhos do passado.

Ao analisarmos historicamente, a preservação do conhecimento ao longo da história esteve diretamente associada aos suportes utilizados para a escrita e às práticas culturais e institucionais que cercam a produção documental. No período medieval, por exemplo, a escassez de materiais como o pergaminho e a limitação do acesso à escrita contribuem para uma seleção criteriosa dos conteúdos a serem registrados. Segundo Martins (2002, p. 73) “O medievalista Henri Pirenne observou que o material empregado na escrita provocou consequências inesperadas: muito foi preservado quando se escrevia pouco, e pouco se preserva quando muito se escreve.”

Essa perspectiva reforça o papel estratégico das bibliotecas como instituições que não apenas acumulam documentos, mas também atuam na curadoria e proteção da memória escrita, diante do volume crescente de informações produzidas e do risco de perda do patrimônio documental significativo.

Conforme Dodebe (2001, p. 64) argumenta, “[...] não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos”. Essa reflexão evidencia que a memória coletiva está intrinsecamente ligada aos registros documentais produzidos e preservados pelas instituições de informação. Assim, bibliotecas, arquivos e museus desempenham papel essencial na salvaguarda desses registros, pois são responsáveis por conservar e disponibilizar os documentos que sustentam a construção e a continuidade da memória social e intelectual da humanidade.

Sob esse prisma, as bibliotecas são instituições centrais na mediação entre o registro do conhecimento e sua transmissão. Elas não apenas acumulam informações, mas organizam, interpretam e tornam acessíveis as representações da memória humana.

A existência de acervos de obras raras em bibliotecas universitárias desempenha um papel fundamental no fortalecimento de sua missão de apoiar atividades de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a formação de novos

núcleos de investigação. Tais acervos não apenas documentam a história da produção intelectual, como também funcionam como testemunhos materiais da trajetória do pensamento científico, jurídico, filosófico e cultural de um país. O valor desses conjuntos documentais está diretamente ligado à integralidade, originalidade e autenticidade do acervo reunido, o que confere às bibliotecas universitárias a responsabilidade de custodiar, preservar e promover o acesso a essas fontes primárias de conhecimento.

Rodrigues (2006) corrobora essa perspectiva ao afirmar que os acervos raros podem ser utilizados como fonte de pesquisa para a geração de novos conhecimentos, uma vez que "[...] informações antigas, transportadas para uma nova geração e inseridas no cotidiano de uma realidade existente no presente, servem de base para a criação de informações futuras". A preservação desses documentos não apenas assegura a transmissão da memória intelectual acumulada, como também possibilita o seu uso ativo na construção de novas abordagens científicas e epistemológicas.

A trajetória histórica do livro evidencia sua transformação não apenas em termos materiais, mas também simbólicos. Desde os tempos em que era confeccionado em forma de rolo, até alcançar a estrutura que conhecemos atualmente, o livro passou por modificações que refletem mudanças culturais, técnicas e sociais. Mais do que um simples objeto, ele se tornou depositário da memória humana. Como afirma Eco (2004, p. 15)

Os livros existem desde antes da imprensa, embora no início tivessem a forma de um rolo e só aos poucos tenham ficado cada vez mais semelhantes ao objeto que conhecemos. O livro, sob qualquer forma, permitiu que a escrita se personalizasse: representava uma porção de memória, até coletiva, mas selecionada segundo uma perspectiva pessoal.

Tal perspectiva ressalta a natureza dual da memória registrada nos livros: ao mesmo tempo coletiva e individual, construída socialmente, mas permeada por escolhas específicas de autores, copistas e leitores. Essa seleção intencional torna ainda mais relevante o trabalho das bibliotecas como instituições que preservam essas múltiplas vozes, garantindo o acesso ao conhecimento produzido ao longo do tempo.

Assim, ao considerarmos a memória coletiva como um processo dinâmico e muitas vezes disputado, percebemos que os livros e documentos raros

desempenham papel essencial na construção e manutenção dessa memória. Bibliotecas, especialmente aquelas responsáveis por acervos históricos, são muito mais do que depositárias de objetos antigos — são lugares de memória, espaços de resistência cultural e de mediação entre o passado e o presente. Suas práticas de conservação e preservação não apenas asseguram a integridade física dos documentos, mas também a continuidade do saber, o fortalecimento da identidade cultural e a salvaguarda do patrimônio intelectual da humanidade.

Ao longo do tempo, também houve uma transformação na forma como o livro foi concebido pelas sociedades. Com os romanos, por exemplo, o livro deixou de ocupar um lugar sagrado e restrito para tornar-se um instrumento acessível, disponível a um número maior de pessoas e com maior potencial de circulação de ideias. Como aponta Martins (2002, p. 77)

Com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e, posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das idéias, dos projetos e dos empreendimentos.

Tal transformação representa não apenas a democratização do acesso ao conhecimento, mas também o fortalecimento do papel social do livro como instrumento de preservação da memória coletiva. Nesse contexto, bibliotecas, arquivos e museus assumem relevância fundamental ao reunir, organizar e conservar registros do saber humano, contribuindo para a continuidade do pensamento e da cultura ao longo do tempo. Entre essas instituições, as bibliotecas que custodiam acervos raros e especiais exercem uma função particularmente significativa, ao garantir a salvaguarda de obras que compõem o patrimônio histórico e intelectual da sociedade.

Nesse contexto, a destruição da Biblioteca de Alexandria simboliza a fragilidade do conhecimento frente à ausência de estratégias eficazes de proteção documental. Para Martins (2002, p. 74), “a mais famosa de todas as bibliotecas egípcias, e com certeza a mais famosa de toda a Antiguidade, foi a de Alexandria, em que se diz terem existido mais de setecentos mil volumes”. Sua perda representa não apenas a eliminação física de obras raras, mas também a ruptura de vínculos com culturas e civilizações passadas.

Dessa forma, os acervos raros assumem o papel de memória da “representação do passado [...] no eterno presente” (Nora, 1993), cuja interpretação

possibilita a ressignificação e a construção de novos saberes. A presença desses acervos em bibliotecas universitárias, portanto, confere um caráter estratégico a essas instituições, promovendo o diálogo entre passado e presente e fortalecendo sua relevância social e acadêmica. Além disso, favorece a interdisciplinaridade, uma vez que esses documentos servem como objeto de estudo para diversas áreas do conhecimento, como a história, o direito, à literatura, a Linguística, a Biblioteconomia e a Ciência da informação.

No contexto brasileiro, a preservação de livros raros enfrenta desafios adicionais, como a escassez de literatura especializada na área. Soares (2009, p. 81) destaca que

É interessante notar que essa preocupação quanto à organização e preservação de livros raros há quase setenta anos continua até hoje, principalmente quando se fala em termos do Brasil. A literatura sobre biblioteconomia de livros raros é escassa e as fontes geralmente são estrangeiras. Mas os atuais estudos são de grande valia para curadores de acervos preciosos e raros espalhados pelo Brasil.

Essa observação ressalta a importância da produção científica nacional voltada à Biblioteconomia de livros raros, pois, apesar da relevância do tema, ainda há uma carência de materiais que abordem a realidade das bibliotecas brasileiras. Nesse sentido, a troca de experiências entre profissionais da área e a adaptação de boas práticas internacionais para o contexto nacional são fundamentais para garantir a preservação e difusão desse patrimônio.

A preservação documental não é uma preocupação exclusiva das bibliotecas, mas também dos museus e arquivos, que desempenham um papel crucial na proteção da memória coletiva. Segundo Pinheiro, (2009), "[...] o museu, o arquivo e a biblioteca são símbolos e guardiões do patrimônio, reunindo artefatos da nossa memória, operam a transmissão de conhecimentos e são reflexos da nossa identidade". Essa afirmação reforça a ideia de que esses espaços não apenas armazenam informações, mas também atuam na construção e manutenção da identidade cultural de uma sociedade.

Nessa perspectiva, Lara Filho (2006, p. 8) complementa que "[...] são eles os depositários da memória coletiva, o que não se resume apenas à manutenção e conservação das coleções". Ou seja, a preservação dos acervos não deve se restringir a medidas técnicas de conservação, mas também considerar a difusão desse conhecimento e o fortalecimento do vínculo entre a sociedade e seu

patrimônio documental. Assim, as bibliotecas, ao lado dos arquivos e museus, desempenham uma função essencial na construção da memória social e na transmissão do conhecimento às futuras gerações.

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação desempenham uma responsabilidade essencial na mediação entre os documentos raros e a sociedade, atuando não apenas nos processos técnicos de organização e preservação, mas também na valorização cultural e no uso social do acervo. O bibliotecário especializado em acervos raros precisa dominar práticas de conservação preventiva e curativa, além de compreender os critérios de raridade, o valor histórico dos materiais e as implicações éticas envolvidas na custódia e acesso à informação.

A formação acadêmica oferecida pelos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação deve contemplar, portanto, conteúdos que envolvam políticas de preservação, curadoria de acervos especiais, descrição bibliográfica especializada, história do livro e dos suportes de escrita, além de aspectos legais sobre propriedade intelectual e patrimônio documental. Essas competências são fundamentais para que os profissionais atuem de forma crítica e qualificada na proteção do conhecimento acumulado e no fortalecimento da memória social.

Nesse contexto, a atuação ética, técnica e política do bibliotecário assume uma dimensão estratégica na manutenção do patrimônio intelectual da humanidade, especialmente quando se trata de bibliotecas universitárias, onde o acesso à informação qualificada e à memória registrada é um direito imprescindível da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

As bibliotecas desempenham um encargo fundamental na preservação da memória coletiva e do conhecimento, atuando como guardiãs do patrimônio documental e histórico da humanidade. A conservação de documentos raros é essencial para garantir o acesso à informação e à cultura ao longo das gerações. Nesse sentido, a preservação documental não deve ser vista apenas como um processo técnico, mas como um compromisso com a continuidade do conhecimento humano. A preservação documental é um dos pilares essenciais das bibliotecas de memória, pois garante o acesso contínuo ao patrimônio bibliográfico e histórico. De acordo com Soares (2009, p. 81)

Atividades voltadas para a preservação deveriam ser uma das prioridades de uma biblioteca de memória, pois estão relacionadas com o acesso e o uso de materiais que compõem o acervo. Não é luxo; é uma atividade

necessária, considerando que os livros servem para serem lidos, e pessoas os manipulam de qualquer forma, o que leva à deterioração inevitável de seus materiais.

Esse posicionamento evidencia que a preservação não deve ser encarada como um processo secundário ou meramente administrativo, mas sim como um compromisso essencial para a continuidade do conhecimento histórico. Sem práticas eficazes de conservação preventiva, como o controle ambiental, o manuseio adequado e o armazenamento correto, os documentos raros podem sofrer danos irreversíveis, comprometendo sua função informacional e histórica. Além disso, a acessibilidade ao acervo também está diretamente ligada às condições de preservação, os materiais deteriorados tornam-se mais frágeis e, consequentemente, menos disponíveis para consulta, o que limita a sua função social dentro da biblioteca. Portanto, as bibliotecas que atuam como guardiãs do conhecimento devem investir em estratégias que equilibrem a necessidade de acesso ao usuário com a conservação de longo prazo dos documentos.

As bibliotecas, ao se configurarem como lugares de memória, assumem papel essencial na continuidade do conhecimento humano e na preservação do patrimônio cultural e intelectual das sociedades. Sua função ultrapassa a mera guarda de acervos, alcançando a dimensão simbólica, educativa e social de promover o diálogo entre o passado e o presente. Ao longo da história, o livro e a biblioteca tornaram-se mediadores da memória coletiva, consolidando-se como instrumentos de resistência cultural. Assim, preservar documentos raros e históricos é garantir o direito à memória, à identidade e ao acesso à informação, reafirmando a biblioteca como espaço de salvaguarda do conhecimento e de valorização da herança intelectual da humanidade.

4 ACERVOS E OBRAS RARAS

A produção documental acompanha a trajetória da humanidade desde os primeiros registros materiais da linguagem escrita. Ao longo dos séculos, os suportes físicos e os conteúdos dos documentos passaram por transformações significativas, influenciadas por contextos culturais, tecnológicos, econômicos e políticos. Nesse processo, algumas obras passaram a adquirir um valor diferenciado — seja por sua antiguidade, por sua singularidade editorial, pela escassez de exemplares disponíveis ou por elementos extratextuais que lhes conferem autenticidade e exclusividade. Esses documentos são hoje reconhecidos como “raros” e requerem não apenas condições especiais de guarda, mas também uma compreensão crítica de seu valor para a história do conhecimento e da memória social. Moraes (2005, p. 67), destaca que a antiguidade, por si só, não confere valor a um livro, enfatizando que existem inúmeras obras antigas que não possuem relevância por não despertarem interesse. O autor reforça essa distinção ao afirmar que o valor de um livro não está necessariamente relacionado à sua idade, mas sim à demanda e à procura que ele suscita.

O conceito de documento raro, portanto, ultrapassa a noção de antiguidade e incorpora critérios técnicos, bibliográficos e culturais que conferem singularidade a determinados exemplares. Nesse sentido, Gonçalves e Lima (Brasil, 1981, p. 5), ao elaborarem o catálogo “Obras raras na Biblioteca do Ministério da Justiça”, apresentam um conjunto de parâmetros que ilustram como diferentes instituições constroem seus próprios critérios de seleção. As autoras destacam fatores como a data de edição das obras, a presença de primeiras e segundas edições, edições de luxo, tiragens reduzidas, exemplares autografados, produções vinculadas a personalidades de relevância política, científica ou literária, além de teses e obras reunidas ou anotadas pelo próprio Affonso Pena Júnior². Esses elementos demonstram que a raridade é determinada por um conjunto de atributos que articulam valor histórico, material e simbólico, e não apenas pela idade do

² Affonso Pena Júnior, foi professor de Direito Internacional Público e de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Atuou também como docente de Direito Civil na Universidade Católica do Rio de Janeiro e como diretor do Banco do Brasil. Integrou o conselho seccional e o conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, ainda, foi membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Mineira de Letras, do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, membro correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, sócio fundador do Instituto Histórico de Minas Gerais.

documento (Brasil, 1981, p. 5). Nesse sentido, bibliotecas que abrigam obras raras tornam-se instituições-chave na salvaguarda desses documentos, desempenhando funções de curadoria, conservação e mediação do acesso ao patrimônio documental acumulado ao longo dos séculos.

A constituição física dos livros e documentos é um fator decisivo para sua durabilidade e, por conseguinte, para sua classificação como raros. Como bem observava Umberto Eco (2004, p. 22), “[...] os livros envelhecem. Alguns envelhecem bem, outros menos. Depende das condições em que foram conservados, certo, mas também do material com que foram produzidos”. O autor destaca a mudança significativa ocorrida a partir da segunda metade do século XIX, quando o papel feito de trapos foi substituído pelo papel de madeira — mais ácido e, portanto, menos durável. Essa transição resultou em um fenômeno preocupante: livros modernos passaram a ter uma vida útil estimada em apenas setenta anos, enquanto volumes produzidos séculos antes ainda conservam sua integridade física. Esse dado reforça a importância da preservação dos impressos anteriores ao advento da industrialização gráfica, cuja durabilidade natural os torna testemunhos raros da história impressa.

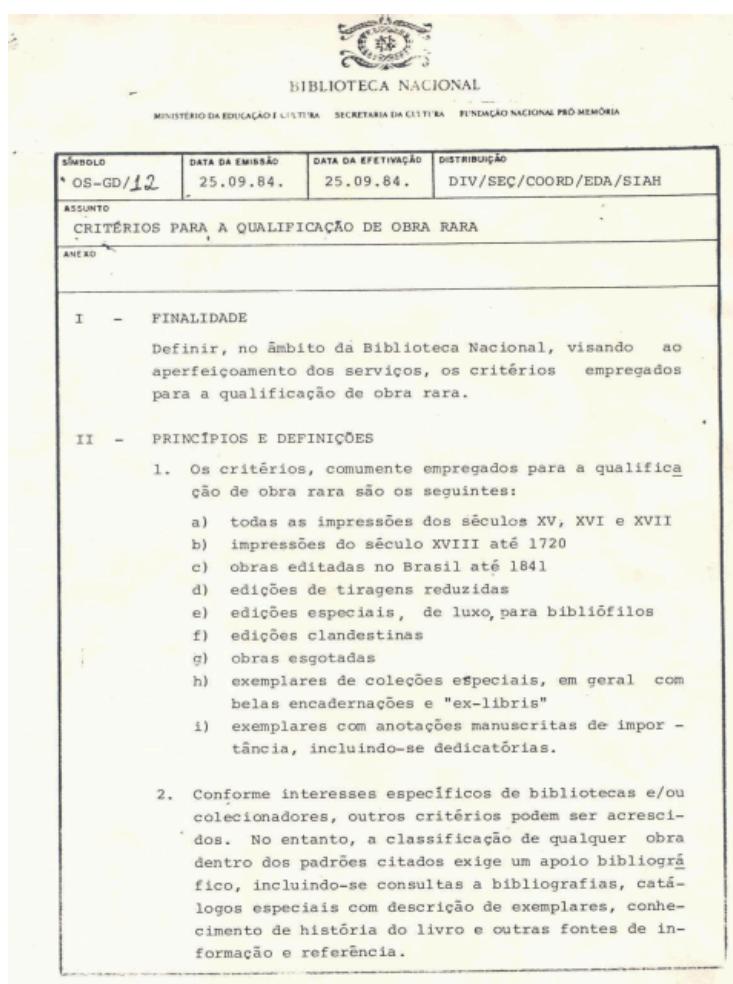
Para além da questão material, há também critérios bibliográficos, históricos e culturais que fundamentam a raridade de um exemplar. No texto de Pinheiro (2009, p. 33), são elencadas características fundamentais que definem obras raras:

- a) limite histórico: impressos produzidos artesanalmente entre os séculos XV e XVIII, ou incunábulos brasileiros do século XIX;
- b) aspectos bibliográficos: encadernações originais, tipos de papel e ilustrações específicas;
- c) valor cultural: exemplares de edições críticas, fac-similares, edições esgotadas ou numeradas;
- d) elementos externos ao conteúdo original: dedicatórias autografadas, marcas de propriedade ou anotações manuscritas.

Esses critérios revelam que a raridade de um documento não está apenas em sua antiguidade ou fragilidade física, mas também em sua singularidade e valor simbólico para a história da cultura escrita.

Nesse ponto, destaca-se a influência da Fundação Biblioteca Nacional (BN), que desde 1984 consolidou parâmetros técnicos para a qualificação de obras raras no Brasil. Os “Critérios de Raridade” (Figura 1), representam um marco para as instituições de memória, servindo como referência normativa amplamente adotada por bibliotecas universitárias e centros de pesquisa.

Figura 1 - Critérios de raridade



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2012)

É válido acrescentar que por meio das diretrizes da BN, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife integra esse contexto, alinhando sua política interna de raridade às orientações nacionais.

Em relação ao critério cronológico, a Fundação Biblioteca Nacional estabelece que “[...] o critério cronológico pode determinar a raridade de obras, como

manuscritos anteriores a 1455, todos os impressos dos séculos XV, XVI e XVII, bem como produções brasileiras até 1841” (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 5). Essa definição consolida marcos temporais fundamentais para a caracterização do que pode ser considerado raro, trazendo para o campo da Biblioteconomia brasileira uma normatização similar às utilizadas em instituições internacionais. O marco de 1455 refere-se ao período anterior à invenção da imprensa por Gutenberg, enquanto os séculos XV a XVII correspondem à produção incunábula e pós-incunábula, reconhecida como material de altíssimo valor patrimonial. Já o ano de 1841 é adotado pela Fundação Biblioteca Nacional como baliza para produções brasileiras, refletindo particularidades do desenvolvimento da tipografia nacional.

Além do critério cronológico, os documentos orientadores da Fundação Biblioteca Nacional destacam critérios bibliológicos e históricos. Conforme o manual, devem ser considerados raros “[...] os exemplares com encadernações artísticas, autógrafos, dedicatórias manuscritas, marcas de proveniência e pertences de personalidades” (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 7). Esses elementos materiais e históricos conferem singularidade às obras, independentemente de sua data de produção. O documento também ressalta que itens provenientes de instituições religiosas ou intelectuais de relevância regional ou nacional podem ser valorizados como testemunhos históricos, elevando seu status bibliográfico.

A Biblioteca Nacional também destaca a importância das marcas de proveniência como carimbos, ex-libris, anotações e inscrições, como elementos que agregam valor histórico às obras. O manual enfatiza que “as obras portadoras de marcas de proveniência significativa constituem testemunhos documentais da trajetória cultural de instituições e indivíduos” (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 8). Isso se relaciona diretamente ao acervo da FDR, que possui exemplares com registros de sua circulação em antigas congregações religiosas, academias intelectuais e coleções particulares.

Um exemplo emblemático é a obra “História genealógica da Casa Real Portugueza”, de António Caetano de Sousa, presente no acervo da FDR. Embora não se enquadre nos critérios cronológicos de raridade mais estritos, a obra destaca-se por suas marcas de proveniência, incluindo registros manuscritos que indicam sua origem na antiga biblioteca da Congregação do Oratório³. Tal

³ Nascida das transformações preconizadas pela reforma católica, a Congregação do Oratório de São Felipe Neri constituiu-se como comunidade de padres seculares que viviam exercendo o ofício

característica material confere ao exemplar um valor histórico e institucional significativo, alinhado ao que a Fundação Biblioteca Nacional descreve como obras cuja raridade “decorre de sua vinculação com acontecimentos, instituições ou personagens de destaque” (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 6). Assim, no contexto da FDR, a avaliação de raridade está especialmente ligada à memória jurídica e acadêmica da instituição.

Os critérios adotados pela Fundação Biblioteca Nacional também contemplam tiragens e condições de circulação. Segundo o manual, consideram-se raras “as edições esgotadas cuja importância cultural ou artística justifique sua preservação especial” (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 9). Além disso, edições clandestinas, censuradas ou proibidas, quando existentes em acervos institucionais, passam a ser tratadas como documentos preciosos por sua relevância para estudos culturais e sociopolíticos. Essas diretrizes ampliam o entendimento da raridade para além da antiguidade, incluindo aspectos de contexto social e circulação histórica.

Outro ponto de destaque no documento da Fundação Biblioteca Nacional é o reconhecimento de livros com características técnicas singulares, como erros tipográficos, variantes de impressão e particularidades editoriais. A instituição observa que “as obras contendo variantes tipográficas ou erros corrigidos em edições posteriores devem ser consideradas raras” (Fundação Biblioteca Nacional, 1984, p. 10). Essas nuances são valiosas tanto para pesquisadores da história do livro quanto para estudiosos do direito, uma vez que permitem examinar o processo editorial de obras jurídicas e suas transformações ao longo do tempo.

Curiosidades também permeiam as diretrizes da Biblioteca Nacional, por exemplo, que livros de pequeno formato (como 32º avos e 64º avos) eram tradicionalmente utilizados para leituras devocionais e de bolso, sendo hoje itens valorizados por colecionadores e pesquisadores. Da mesma forma, livros com encadernações em pergaminho, couro marroquim ou ornamentações douradas são reconhecidos pela Fundação Biblioteca Nacional como objetos de arte, cuja preservação exige procedimentos especializados. A adoção desses critérios auxilia na definição de prioridades para conservação preventiva, digitalização e estudos de

sacerdotal, atuando na sociedade através da missão, pregação e confissão além de promover os exercícios espirituais e a assistência aos pobres. A expansão da Congregação se deu, sobretudo, entre os séculos XVII e XVIII.

proveniência, contribuindo para a construção de uma política de salvaguarda sólida e alinhada às práticas nacionais.

A reflexão de Sant'Ana (2001) amplia essa compreensão ao mostrar que a raridade é uma categoria relativa, sujeita a interpretações diversas conforme o tempo e o espaço. Para ele, enquanto colecionadores tendem a valorizar a raridade sob uma ótica mercadológica, as bibliotecas devem privilegiar sua função social, reconhecendo nos livros raros não apenas objetos de prestígio, mas testemunhos do processo de produção e circulação do conhecimento. Assim, todos os incunábulos, por exemplo, são considerados raros, “um livro antigo carrega em si mesmo as marcas da sua forma de produção artesanal, servindo como documento representativo dos processos utilizados na época para a transmissão de informações” (Sant'Ana, 2001, p. 5).

Compreender a raridade documental exige, portanto, uma abordagem interdisciplinar que envolva não apenas o olhar técnico sobre o estado físico do exemplar, mas também um entendimento de seu contexto histórico, editorial e bibliográfico. Preservar documentos raros significa salvaguardar fragmentos insubstituíveis da memória intelectual e cultural de uma sociedade. Nesse sentido, torna-se indispensável a adoção de práticas de conservação e preservação apropriadas, que devem abranger desde o controle ambiental (temperatura, umidade, iluminação e poluição) até o manuseio e acondicionamento dos itens raros, com uso de materiais neutros, mobiliário adequado e procedimentos técnicos que evitem a degradação química ou mecânica.

Além da conservação preventiva, há situações em que a intervenção curativa se faz necessária, como na recuperação de páginas danificadas, costuras comprometidas ou capas deterioradas, sempre com base em princípios da restauração documental que priorizam a reversibilidade e o mínimo impacto sobre a integridade original da obra. A digitalização de exemplares raros também se destaca como estratégia complementar — não apenas para fins de acesso, mas como forma de proteger os originais do uso contínuo, prolongando sua vida útil e democratizando seu conteúdo.

Dessa forma, ao conjugar os parâmetros estabelecidos pela Biblioteca Nacional com critérios próprios, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife constrói uma política híbrida, capaz de equilibrar a universalidade técnica e a especificidade histórica de seu acervo. Esse movimento reforça a função social da

instituição enquanto guardiã da memória escrita, reafirmando que preservar um livro raro é, em essência, preservar a própria história da cultura e do pensamento jurídico no Brasil.

5 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS EM SUPORTE PAPEL

Ao abordar a temática da salvaguarda do conhecimento, torna-se imprescindível distinguir os conceitos de preservação e conservação documental, uma vez que ambos, embora interligados, possuem escopos e finalidades distintas no âmbito da Biblioteconomia e da gestão de acervos raros. A clareza conceitual é essencial para o planejamento de políticas eficazes voltadas à proteção dos documentos históricos, especialmente em bibliotecas universitárias que atuam como guardiãs da memória coletiva e do patrimônio científico e cultural.

Cassares (2002) define preservação como “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”. Nesse sentido, a preservação tem um caráter mais amplo e preventivo, englobando ações de gestão que visam a longevidade dos acervos, desde o controle ambiental e físico dos espaços até a formulação de políticas institucionais de acesso e uso.

Já a conservação, segundo a mesma autora, diz respeito ao “conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos (higienização, reparos e acondicionamento)” Cassares (2002). Assim, a conservação se apresenta como um campo mais técnico, com foco nas intervenções físicas diretas que visam mitigar os efeitos do tempo, do manuseio e de fatores ambientais sobre os suportes documentais.

Dentro do campo da conservação, também se faz necessário distinguir duas vertentes fundamentais: a conservação preventiva e a conservação restauradora, ambas com extrema importância na manutenção da integridade dos acervos, mas com enfoques distintos. De acordo com Spinelli, Brandão e França (2011), a conservação preventiva

É o conjunto de medidas e estratégias administrativas, políticas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos e dos prédios que os abrigam. São ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação.

Esse tipo de conservação é, portanto, de caráter contínuo e sistêmico, e deve ser incorporado à rotina institucional das bibliotecas, especialmente aquelas que

conservam acervos raros e históricos. Trata-se de um esforço coletivo que envolve bibliotecários, conservadores, gestores e usuários.

Já a conservação restauradora, conforme Spinelli, Brandão e França (2011), “trata-se de toda intervenção na estrutura dos materiais que compõem os documentos, visando melhorar o seu estado físico”. Essa modalidade implica, geralmente, ações pontuais e especializadas, como a restauração de encadernação, a reintegração de partes danificadas do papel e a consolidação de suportes frágeis. Apesar de necessária em casos específicos, a conservação restauradora deve ser aplicada com cautela, respeitando os princípios da intervenção mínima, da reversibilidade e da manutenção da autenticidade dos documentos.

Essa perspectiva dialoga diretamente com o entendimento de que até mesmo intervenções aparentemente simples devem seguir critérios técnicos rigorosos. Como afirma Cassares (2002, p. 33)

Os pequenos reparos são diminutas intervenções que podemos executar visando interromper um processo de deterioração em andamento. Essas pequenas intervenções devem obedecer a critérios rigorosos de ética e técnica e têm a função de melhorar o estado de conservação dos documentos. Caso esses critérios não sejam obedecidos, o risco de aumentar os danos é muito grande e muitas vezes de caráter irreversível. Os livros raros e os documentos de arquivo mais antigos devem ser tratados por especialistas da área.

Dessa forma, ao relacionar a conservação restauradora com a prática dos pequenos reparos, evidencia-se que ambas constituem intervenções necessárias à salvaguarda do patrimônio documental, desde que conduzidas com o rigor técnico exigido e com respeito aos princípios que asseguram a integridade e a longevidade dos materiais analisados neste estudo.

No contexto das bibliotecas universitárias e históricas, compreender e aplicar corretamente essas distinções é essencial para garantir a longevidade e a acessibilidade dos acervos raros. Investir em políticas de preservação e conservação — integrando ações preventivas e restauradoras — é, portanto, uma estratégia fundamental não apenas para a salvaguarda física dos documentos, mas para a manutenção do conhecimento e da memória institucional e social que eles representam. Nesse sentido, o diagnóstico de conservação configura-se como a etapa que fundamenta e orienta a formulação de políticas eficazes de preservação. Por meio dele, é possível identificar, de forma sistemática e tecnicamente embasada,

as condições físicas dos documentos, os riscos a que estão submetidos e os fatores ambientais que interferem em sua integridade. Esse mapeamento detalhado não apenas revela as necessidades imediatas do acervo, mas também subsidia a definição de prioridades, o planejamento de ações preventivas e a tomada de decisões adequadas à realidade institucional. Assim, o diagnóstico atua como um instrumento estratégico para transformar princípios teóricos de conservação em práticas efetivas de salvaguarda. Com base nesses diagnósticos, torna-se possível compreender de forma detalhada os principais fatores que contribuem para a deterioração dos documentos, especialmente aqueles relacionados às condições ambientais e ao manuseio.

As condições ambientais constituem fatores determinantes para a degradação física e química dos acervos bibliográficos. Conforme apresenta o Glossário Visual de Conservação: um guia de danos comuns em papéis e livros (Paglione, 2017), muitos dos danos observados em documentos, como ondulações, sujidades, rasgos, fungos, insetos e deformações estruturais, têm origem direta em variações ambientais ou na exposição prolongada a agentes externos.

A flutuação de temperatura e umidade relativa pode provocar a dilatação e contração das fibras do papel, pelo fato do papel ser higroscópico, favorecendo deformações como ondulações, rugas, vinhos e até a separação de camadas em papéis compostos (delaminação). O “Glossário Visual de Conservação: um guia de danos comuns em papéis e livros” (Paglione, 2017) destaca que a ondulação é causada pela interferência da umidade nas fibras do papel, especialmente quando o processo de secagem é irregular. A identificação desses fatores permite direcionar ações preventivas eficazes. Para controlar temperatura e umidade, recomenda-se a manutenção de índices estáveis, entre 18°C e 20°C e umidade relativa entre 55% e 60%, conforme indicado por Antunes (2010). A mensuração deve ser contínua, utilizando termohigrômetros e, quando possível, registradores de dados.

A exposição à luz, especialmente a radiação ultravioleta, constitui outro agente de degradação, uma vez que contribui para a descoloração do papel, o amarelamento das fibras e o desbotamento de pigmentos. Esses danos comprometem não apenas a leitura, mas também a autenticidade visual e a integridade histórica dos documentos. A luz deve ser regulada para evitar degradação fotoquímica. A intensidade recomendada para acervos é de 50 a 150

lux, com uso de filtros UV, cortinas, brisés ou películas protetoras. O ambiente deve ser iluminado de modo indireto e com exposição mínima.

As partículas suspensas no ar, como poeira e fuligem, também recebem destaque na obra, que as apresenta como causas frequentes de sujidades aderidas ao papel e às encadernações. A sujidade, quando acumulada, promove abrasão, acelera reações químicas e serve de substrato para agentes biológicos, especialmente fungos, cujas manifestações também são detalhadas por Paglione (2017), com exemplos ilustrados de manchas, colônias e micélios presentes em acervos contaminados. Para mitigar danos associados a poeira e partículas suspensas, é indispensável realizar limpezas regulares, utilizando trinhas macias, aspiradores com filtro HEPA e mesas adequadas.

Outro elemento amplamente discutido no campo da conservação e relacionado aos danos é a circulação do ar. Ambientes com ventilação inadequada tendem a reter umidade, criando microclimas propícios ao desenvolvimento de fungos, enquanto correntes de ar excessivas transportam poeira, insetos e partículas poluentes para o interior do acervo. Nesse contexto, danos estruturais e rasgos que podem surgir a partir da manipulação de documentos já fragilizados por tais condições ambientais. A circulação do ar deve ser equilibrada: ventilação insuficiente favorece fungos, enquanto ventilação excessiva aumenta a entrada de poluentes. Sistemas com filtragem de partículas ou barreiras físicas contribuem para estabilizar o microclima.

Entre os fatores biológicos mais preocupantes estão os fungos e os insetos, que encontram nos materiais orgânicos presentes nos livros (papel, cola, tecido e couro) um ambiente propício à proliferação. O Glossário Visual de Conservação: um guia de danos comuns em papéis e livros Paglione (2017), ilustra como os fungos, ao se desenvolverem, geram manchas de diversas cores e enfraquecem a estrutura do documento ao decompor suas fibras. Já o ataque de insetos, como traças, brocas, cupins e baratas, resulta em perdas físicas irreversíveis e pode se propagar rapidamente se não for identificado e controlado precocemente. Além disso, a presença de *foxing* — manchas causadas por microrganismos e depósitos metálicos — pode estar associada a processos de degradação combinados, dificultando a restauração do item. O controle biológico inclui inspeção periódica para identificação precoce de fungos e insetos, manutenção de níveis estáveis de umidade e limpeza constante do ambiente. O manuseio deve seguir orientações precisas: retirar os

livros afastando volumes adjacentes, evitar puxar pela lombada, não apoiar objetos sobre as obras e impedir o uso de clipes, fitas adesivas, canetas ou marcadores inadequados. A alimentação deve ser restrita, evitando a atração de insetos.

Além desses fatores, é relevante mencionar que a literatura especializada em conservação preventiva também aponta para a importância de gases poluentes como agentes de degradação de suportes de papel. Zhuang (2025, p. 503, tradução própria), por exemplo, destaca que poluentes atmosféricos presentes em ambientes urbanos, como óxidos de nitrogênio, dióxido de enxofre e compostos orgânicos voláteis, podem reagir com as fibras celulósicas, acelerando processos de acidificação, descoloração e fragilização dos documentos. Esses gases tendem a se acumular em espaços fechados, especialmente em edifícios antigos com circulação de ar limitada, aumentando o risco de deterioração. Com relação aos gases poluentes, especialmente aqueles destacados por Zhuang (2025), recomenda-se o uso de filtros de ar, a escolha de mobiliário e embalagens confeccionados com materiais estáveis e a redução da entrada de poluentes por meio de vedações apropriadas e manutenção preventiva.

O manuseio inadequado é uma das causas mais recorrentes de danos físicos em livros e documentos. Ações cotidianas como dobrar, puxar ou folhear com excesso de força podem causar rasgos, vincos, abrasões e até a separação de folhas ou capas. O uso de fitas adesivas para reparos improvisados gera consequências prejudiciais a longo prazo, como a migração de cola, manchas e fragilização do suporte. O Glossário Visual de Conservação: um guia de danos comuns em papéis e livros (Paglione (2017) destaca que a fita adesiva, embora comum, deixa resíduos ácidos e danifica a área de aplicação, comprometendo a estrutura do papel. Outro risco frequente está relacionado ao uso de grampos ou clipes metálicos, que com o tempo oxidam e causam ferrugem, acelerando a degradação do suporte e gerando manchas permanentes.

A própria construção física do livro pode apresentar fragilidades que favorecem danos ao longo do tempo. Encadernações defeituosas, costuras fracas e o uso de materiais inadequados (como papéis ácidos ou couros instáveis) tornam os livros mais suscetíveis ao desgaste. Problemas como costura solta ou rompida, capa solta, pasta destacada e borda quebradiça são comuns em acervos que já passaram por longo uso ou que não receberam cuidados preventivos. A deterioração do couro,

como o *red rot*⁴, também é um exemplo clássico de dano estrutural vinculado à acidez do material, tornando o couro esfarelado e inutilizável como suporte.

A compreensão desses fatores de risco permite às bibliotecas especializadas adotar medidas adequadas de conservação preventiva, mitigando a degradação e garantindo a longevidade dos documentos sob sua guarda. Diante desses riscos, as recomendações de mitigação envolvem o controle sistemático das variáveis ambientais, evitando oscilações abruptas de temperatura e umidade; o bloqueio de luz natural excessiva através de filtros e barreiras; a limpeza regular do ambiente para reduzir partículas sólidas; a manutenção de ventilação equilibrada; e a adoção de mobiliário, embalagens e materiais de acondicionamento que não emitam gases nocivos. Além da capacitação da equipe técnica e a adoção de práticas corretas de manuseio e acondicionamento, são estratégias fundamentais para preservar não apenas o suporte material, mas o próprio valor histórico e simbólico do conhecimento registrado.

A preservação adequada de documentos raros e especiais requer a adoção de práticas sistemáticas que envolvam tanto o acondicionamento físico quanto o controle ambiental e o manuseio consciente. Essas técnicas visam prolongar a vida útil dos materiais e garantir o acesso futuro ao conteúdo informacional e cultural que eles representam.

O acondicionamento é uma prática essencial para proteger fisicamente os documentos, especialmente os frágeis ou com valor histórico. Antunes (2010) destaca que os dispositivos para acondicionamento devem ser confeccionados com materiais de qualidade arquivística, ou seja, com pH estável (preferencialmente neutro ou alcalino), baixa presença de lignina e resistência à deterioração química e mecânica. O uso de caixas, jaquetas de proteção, envelopes e suportes sob medida deve ser planejado para evitar deformações, desgaste das encadernações e exposição a agentes externos.

No caso de livros raros, não se recomenda a fixação de etiquetas diretamente no volume. Em vez disso, pode-se colar o número de chamada na caixa ou utilizar uma tira de papel alcalino com as informações necessárias, deixada no interior da obra ou presa a uma jaqueta de poliéster (Antunes, 2010).

⁴ *Red rot* (podridão vermelha) é um tipo específico de degradação química que faz com que o material de torne pulverulento (esfarelento) e adquira uma cor marrom-avermelhada.

O manuseio inadequado configura-se como uma das principais causas da deterioração dos acervos bibliográficos. Nesse sentido, é fundamental a adoção de boas práticas no trato com os materiais, evitando-se ações como puxar os livros pela lombada, manter as obras abertas com as páginas voltadas para baixo, utilizar clipe metálicos, fitas adesivas ou canetas de marcação, bem como apoiar objetos ou realizar anotações diretamente sobre os livros. Ademais, é imprescindível que alimentos e bebidas sejam mantidos afastados dos documentos, a fim de preservar sua integridade física e assegurar sua longevidade.

Antunes (2010) sugere que a retirada correta de um livro da estante deve ser feita afastando os volumes adjacentes e puxando suavemente o exemplar desejado, utilizando toda a mão, para evitar esforço excessivo sobre a lombada. É importante manter espaço entre os livros e as paredes, utilizar bibliocantos, e evitar o empilhamento excessivo. A orientação contínua dos usuários e da equipe técnica da biblioteca sobre essas práticas é um componente essencial de qualquer política de preservação.

As condições ambientais influenciam diretamente a durabilidade dos materiais bibliográficos. A temperatura e a umidade são fatores críticos: níveis inadequados podem acelerar reações químicas ou favorecer a proliferação de fungos e insetos. A umidade ideal para acervos bibliográficos situa-se entre 55% e 60%, enquanto a temperatura recomendada está entre 18°C e 20°C. Para o monitoramento, é necessário o uso de termohigrômetros, que medem temperatura e umidade simultaneamente (Antunes, 2010).

Além disso, a luminosidade deve ser controlada, pois a radiação ultravioleta degrada tanto o papel quanto as tintas. A intensidade ideal de luz para áreas de acervo é de 50 a 150 lux, preferindo-se iluminação indireta ou protegida por filtros UV. Medidas como o uso de cortinas, brises e películas protetoras nas janelas podem ajudar a minimizar a exposição.

A limpeza sistemática do ambiente e dos materiais também é imprescindível. Poeira e partículas suspensas contêm ácidos e microorganismos que degradam o papel. Para isso, recomenda-se o uso de trinchas macias, aspiradores com filtro HEPA e mesas de higienização.

A salvaguarda do conhecimento, especialmente no contexto das bibliotecas universitárias, deve ser compreendida como uma política institucional e estratégica que visa não apenas proteger fisicamente os acervos, mas garantir sua

permanência, acessibilidade e relevância para as gerações futuras. Trata-se de um compromisso ético e cultural com a memória registrada nos documentos, sobretudo aqueles considerados raros e historicamente significativos.

De acordo com Cassares (2002), preservar vai além da intervenção física nos documentos, envolvendo também decisões de ordem administrativa, política e operacional. Assim, uma política de salvaguarda deve articular diferentes ações: a gestão adequada dos ambientes, a formação continuada de profissionais, o controle de acesso, o investimento em digitalização e a conscientização institucional quanto ao valor simbólico e informacional do acervo.

No âmbito da conservação preventiva, Cassares (2000) destaca que a conservação é composta por um conjunto de ações que visam estabilizar documentos e desacelerar seu processo de deterioração. Entre essas ações, a autora enfatiza três procedimentos essenciais: higienização, pequenos reparos e acondicionamento, considerados etapas fundamentais para a manutenção da integridade física do acervo. Cada um desses procedimentos possui objetivos e metodologias específicas, mas todos compartilham o princípio da intervenção mínima e da adoção de critérios técnicos rigorosos.

A higienização é apontada como a primeira e mais básica etapa do processo conservacional, sendo inclusive caracterizada como “[...] a conservação preventiva por excelência” (Cassares, 2000, p. 26). Trata-se de uma limpeza mecânica e superficial, realizada sempre a seco, com o objetivo de remover poeira, resíduos, poluentes e incrustações que aceleram a degradação dos suportes. Segundo a autora, “[...] o processo de limpeza de acervos de bibliotecas e arquivos se restringe à limpeza de superfície e, portanto, é mecânica, feita a seco” (Cassares, 2000, p. 27). Além disso, a higienização deve ser acompanhada de avaliação do estado físico do documento, já que materiais muito frágeis, úmidos ou com tintas instáveis não podem ser submetidos ao procedimento. As recomendações principais para a higienização incluem:

- a) uso de pincéis macios, trinhas, flanelas e aspirador com proteção;
- b) evitar qualquer tipo de solvente ou tratamento aquoso
- c) testar previamente todos os instrumentos em pequena área;
- d) higienizar o ambiente e o mobiliário de forma contínua.

A autora adverte ainda que a poeira é um dos agentes de degradação mais nocivos aos acervos, pois “[...] a sujidade não é inócuo e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes” (Cassares, 2000, p. 26).

Além da higienização, Cassares (2000, p. 33) aponta os pequenos reparos como uma etapa complementar, destinada a interromper danos em evolução. Tais intervenções, no entanto, devem ser extremamente cautelosas. Como afirma a autora,

Os pequenos reparos são diminutas intervenções que podemos executar visando interromper um processo de deterioração em andamento. Essas pequenas intervenções devem obedecer a critérios rigorosos de ética e técnica e têm a função de melhorar o estado de conservação dos documentos. Caso esses critérios não sejam obedecidos, o risco de aumentar os danos é muito grande e muitas vezes de caráter irreversível. Os livros raros e os documentos de arquivo mais antigos devem ser tratados por especialistas da área (Cassares, 2000, p. 33).

Entre as principais recomendações estão:

- a) utilizar apenas materiais de qualidade arquivística (como papéis orientais e adesivos reversíveis, especialmente metil celulose e amido);
- b) evitar qualquer produto irreversível, como fitas adesivas comuns;
- c) aplicar reforços ou reparos apenas quando estritamente necessário;
- d) encaminhar obras raras e documentos frágeis a profissionais especializados.

Por fim, o acondicionamento é apresentado como a etapa responsável por oferecer proteção física e estabilidade ambiental aos documentos, funcionando como barreira contra danos físicos e agentes externos. Cassares (2000, p. 35) descreve o acondicionamento como um procedimento que “[...] tem por objetivo a proteção dos documentos que não se encontram em boas condições ou a proteção daqueles já tratados e recuperados armazenando-os de forma segura”. Para que essa proteção seja eficaz, é obrigatório o uso de materiais estáveis e de qualidade arquivística, já que estarão em contato direto com o suporte. A autora recomenda:

- a) utilização de caixas, pastas, envelopes e folders neutros ou alcalinos;

- b) emprego de poliéster apenas quando o documento não possui pigmentos ou tintas instáveis, devido à eletricidade estática;
- c) avaliação prévia das condições físicas e do uso do documento para definir o tipo de acondicionamento;
- d) considerar o acondicionamento como parte do próprio processo de conservação e não apenas como embalagem.

Cassares (2000, p. 36) sintetiza a importância dessa etapa afirmando que o acondicionamento “[...] não consiste em apenas uma embalagem do documento: é parte do processo de conservação e preservação dos acervos”.

Nesse sentido, as bibliotecas de acervos raros, devem atuar na elaboração e implementação de planos de preservação integrados, que devem incluir diagnóstico técnico dos materiais, protocolos de manuseio e armazenamento, políticas de restauração, além da definição de critérios para o acesso físico e digital dos documentos. Essas políticas não podem ser tratadas como ações pontuais ou isoladas, mas como práticas contínuas, planejadas e institucionalizadas.

A digitalização de documentos raros tem se consolidado como uma estratégia indispensável para ampliar o acesso e garantir a preservação desses materiais, especialmente frente aos riscos de deterioração física e à crescente demanda por acesso remoto. Essa prática, ao transpor o conteúdo de suportes físicos para o meio digital, permite que o acervo seja consultado sem a necessidade de manuseio direto dos documentos originais, reduzindo significativamente o desgaste físico. Além disso, democratiza o acesso a materiais muitas vezes restritos geograficamente ou em número de exemplares, beneficiando pesquisadores e a sociedade em geral.

Contudo, esse processo não é isento de desafios. A digitalização de obras raras exige equipamentos especializados como scanners planetários, câmeras de alta definição e softwares de pós-processamento, que garantam não apenas a reprodução da informação textual, mas também a fidelidade estética, estrutural e material do documento original. Nesse sentido, a representação digital deve respeitar a singularidade do objeto raro. Como observa Márdero Arellano (1998, p. 17), “[...] a descrição de materiais raros em formato eletrônico é difícil porque estes incluem objetos físicos de vários tipos, cada um dos quais devendo ser tratado de uma maneira fidedigna a sua forma original”. Essa citação evidencia a complexidade envolvida no tratamento técnico desses materiais, cuja diversidade exige não

apenas competência técnica, mas também o desenvolvimento de padrões específicos que assegurem a autenticidade e integridade da informação digitalizada.

O desafio da fidedignidade também está associado à catalogação e à descrição técnica dos documentos digitalizados. Os instrumentos tradicionais de descrição bibliográfica nem sempre são suficientes para contemplar as especificidades dos acervos raros, exigindo um esforço maior de padronização e interoperabilidade entre os sistemas digitais de informação. Nesse contexto, o desenvolvimento de metadados robustos e de estruturas que respeitem as características originais dos documentos é fundamental para garantir a qualidade do processo de digitalização e facilitar a recuperação da informação.

Outro ponto crítico se refere ao financiamento necessário para implementar projetos de digitalização. Embora os benefícios da digitalização para a preservação e acesso sejam amplamente reconhecidos, o alto custo envolvido continua sendo um entrave. A obtenção de recursos financeiros ainda representa uma das maiores dificuldades enfrentadas por bibliotecas e instituições de memória, como ressalta Lima (2021, p. 13) “O maior desafio para a digitalização de acervos no país, de acordo com a TIC Cultura 2018, é a falta de financiamento, dificuldade mais citada [...].”

Tal afirmação revela que, apesar da relevância social e acadêmica da digitalização, muitas instituições enfrentam limitações orçamentárias que inviabilizam a execução de projetos contínuos ou de larga escala. Além disso, as bibliotecas que se dedicam à digitalização de documentos raros geralmente operam com recursos humanos limitados, o que compromete a capacidade técnica de executar as tarefas exigidas por esse tipo de projeto. A falta de pessoal qualificado, somada à pressão por resultados rápidos e à necessidade de infraestrutura tecnológica robusta, contribui para a complexidade do processo. Márdero Arellano (1998, p. 70) enfatiza que

Entre os comentários estão, também, aqueles que mencionam o custo elevado dos projetos de digitalização em contraste com o tamanho dos orçamentos dos departamentos, a falta de pessoal, e os alcances da introdução da digitalização nas atividades de preservação.

Essa perspectiva reforça a ideia de que os desafios não se limitam à tecnologia disponível, mas envolvem um conjunto de fatores estruturais e administrativos que precisam ser cuidadosamente planejados. No plano institucional,

a digitalização eficaz depende da implementação de políticas específicas voltadas à gestão dos acervos digitais. Essas políticas devem abranger desde a seleção e priorização dos documentos a serem digitalizados até aspectos técnicos como indexação, segurança dos arquivos digitais e estratégias de backup. Ferreira (2014, p. 144) ressalta que

À medida que aumenta a produção de coleções digitais, maior é a necessidade de estabelecer políticas específicas, tanto no que concerne à digitalização, preparação e indexação desses conteúdos, como, e principalmente, quanto às questões de segurança, backup e preservação digital.

Isso indica que a digitalização não se resume a converter o físico para o digital: é uma prática que exige planejamento contínuo e infraestrutura de armazenamento segura para garantir a durabilidade e autenticidade dos arquivos digitais. Portanto, a digitalização de acervos raros deve ser compreendida como uma ação estratégica dentro da política de preservação das bibliotecas e instituições culturais. Apesar dos avanços tecnológicos que tornaram esse processo mais viável, ainda persistem desafios substanciais que envolvem o custo elevado, a formação de equipes especializadas, a elaboração de políticas de digitalização e a garantia de acesso sustentável ao longo do tempo. Apenas com investimentos estruturais e políticas públicas bem definidas será possível garantir que os acervos digitalizados preservem não apenas seu conteúdo, mas também seu valor cultural, histórico e simbólico para as gerações futuras. É a partir dessa necessidade que se desenvolve o diagnóstico de conservação.

5.1 Diagnóstico de conservação

O diagnóstico de conservação é uma ferramenta técnica e metodológica utilizada para identificar o estado físico de documentos e coleções, mapeando os principais fatores de risco e degradação que ameaçam sua integridade. Esse processo avalia aspectos como o ambiente em que os documentos estão inseridos, as condições de armazenamento, o manuseio e a infraestrutura física da instituição. Trata-se de uma etapa fundamental na formulação de estratégias voltadas à preservação do acervo, pois permite conhecer as reais necessidades do material e orientar ações específicas de conservação preventiva e curativa.

O diagnóstico de conservação, segundo Souza, Rosado e Froner (2008), estrutura-se metodologicamente em um modelo amplamente utilizado é composto pelos níveis: macroambiente, edificação e meio ambiente das coleções. Essa abordagem permite compreender o conjunto de fatores externos e internos que influenciam diretamente a estabilidade física e química dos documentos.

De acordo com Souza, Rosado e Froner (2008), o macroambiente refere-se às condições climáticas e ambientais da região onde a instituição está localizada, incluindo temperatura média, umidade relativa externa, índices de pluviosidade, radiação solar, poluição atmosférica e, no caso de cidades litorâneas, a ação da maresia. Esses elementos interferem no microclima interno, podendo agravar problemas como alta umidade ou variações bruscas de temperatura, que aceleram a deterioração do papel.

Ainda segundo os mesmos autores, o segundo parâmetro do diagnóstico corresponde à edificação, isto é, às características arquitetônicas e estruturais do prédio que abriga o acervo. Nesta etapa, analisam-se aspectos como ventilação, incidência de luz natural, presença de infiltrações, tipo de revestimento, conservação da infraestrutura e disposição dos ambientes. A edificação pode atuar tanto como barreira quanto como agente de degradação, dependendo de seu estado de manutenção e de sua capacidade de controlar a entrada de agentes climáticos e biológicos.

Por fim, o meio ambiente das coleções compreende o espaço interno imediato ao acervo, incluindo temperatura e umidade relativa, iluminação artificial, circulação do ar, limpeza, presença de pragas, tipo de mobiliário, acondicionamento e frequência de manuseio. É neste nível que se identificam os danos diretamente relacionados ao uso cotidiano e à interação dos documentos com agentes físicos, químicos e biológicos (Souza; Rosado; Froner, 2008). A análise integrada desses três níveis permite construir um diagnóstico abrangente e preciso, orientando a elaboração de políticas e ações de conservação preventiva adequadas às reais necessidades do acervo.

Em bibliotecas universitárias que abrigam acervos raros, históricos e de valor cultural inestimável, o diagnóstico de conservação assume papel estratégico. Ele contribui para a salvaguarda do conhecimento registrado em suportes materiais que, em muitos casos, são frágeis ou insubstituíveis. A aplicação desse diagnóstico envolve a análise do estado físico dos documentos, incluindo a presença de rasgos,

manchas, fragilidade do suporte e falhas estruturais. Também são consideradas as condições ambientais, como temperatura, umidade, ventilação, iluminação e acúmulo de poeira, e a existência de agentes biológicos que possam acelerar o processo de deterioração, como fungos e insetos. Além disso, o diagnóstico observa o tipo de mobiliário utilizado no armazenamento, a forma de acondicionamento dos documentos, as práticas de manuseio por parte dos usuários e funcionários, bem como a presença ou ausência de orientações específicas para o uso do acervo. A análise da infraestrutura da biblioteca é igualmente relevante, envolvendo fatores como climatização, controle de pragas, manutenção predial e segurança do ambiente.

A aplicação desse tipo de diagnóstico permite sistematizar informações sobre a conservação do acervo, documentar problemas recorrentes, identificar prioridades de intervenção e orientar decisões mais assertivas na gestão da preservação. Ferramentas como fichas de avaliação, inspeções técnicas e laudos fotográficos são frequentemente utilizadas para registrar as condições dos materiais e apoiar a elaboração de planos de ação. Ademais, a incorporação do diagnóstico de conservação como prática rotineira na gestão do acervo representa um avanço na preservação da memória institucional. Ao oferecer uma visão clara sobre as condições dos documentos e subsidiar decisões técnicas, esse procedimento fortalece o papel da biblioteca enquanto espaço de proteção do patrimônio bibliográfico, apoio à pesquisa e valorização da história.

6 CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS EM PAPEL NA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

A Faculdade de Direito do Recife foi fundada em 11 de agosto de 1827, por meio de um decreto imperial. Originalmente, localizada no mosteiro de São Bento, em Olinda, foi transferida em 1911, para uma área central de Recife onde permanece até os dias atuais. Essa mudança deveu-se às condições inadequadas encontradas em Olinda, cujas vias de terra ocasionavam poeira e lamaçais, além de o mosteiro não dispor de estrutura física suficiente para acomodar o crescente número de estudantes.

A origem da Biblioteca da FDR está relacionada à criação da Biblioteca Pública de Olinda, em dezembro de 1830; inicialmente instalada no Convento de São Francisco dos Clérigos, sendo posteriormente transferida para o Palácio da FDR, em 1912. Parte significativa do seu acervo teve origem no Convento dos Oratorianos e da Penha, incorporando obras voltadas principalmente para as áreas de Teologia, Filosofia e Hagiologia (Câmara, 1904).

Atualmente, o acervo conta com aproximadamente 100 mil volumes de elevado valor histórico e cultural, abrangendo folhetos, jornais, livros, periódicos e teses, datados do século XVI ao XXI. Essa diversidade documental revela não apenas a amplitude temporal da coleção, mas também seu papel formativo na trajetória acadêmica da instituição. Ao longo de sua história, a biblioteca evoluiu de um acervo predominantemente circulante, voltado ao apoio direto às atividades de ensino e pesquisa em Direito para constituir, progressivamente, um núcleo robusto de coleções especiais. Esse processo decorreu tanto da acumulação natural de obras produzidas ou adquiridas desde o século XIX, quanto da incorporação de doações de juristas, professores e instituições que contribuíram para enriquecer o patrimônio bibliográfico.

No acervo circulante, encontram-se obras atualizadas da área jurídica, essenciais para o uso cotidiano de estudantes e pesquisadores. Já no conjunto de coleções especiais, preservam-se materiais raros e de grande relevância histórica, como edições antigas de legislação, tratados jurídicos clássicos, compilações doutrinárias, periódicos de circulação restrita e obras que documentam processos sociais, políticos e culturais do país.

Essa distinção entre acervo geral e coleções especiais reflete o duplo papel da biblioteca: ao mesmo tempo em que atende às demandas contemporâneas do ensino jurídico, também salvaguarda documentos que constituem testemunhos fundamentais da memória institucional e da história do pensamento jurídico brasileiro. Assim, a riqueza bibliográfica da instituição a consolida como referência não apenas no campo do Direito, mas também nas ciências humanas e sociais, posicionando-a como um espaço de preservação, pesquisa e difusão do conhecimento.

Após a apresentação da biblioteca e de seu acervo de coleções especiais, torna-se necessário explicitar o processo de coleta de dados que fundamentou este estudo. A coleta ocorreu por meio de observação direta in loco, utilizando um roteiro estruturado de observação previamente elaborado com base nos referenciais teóricos da conservação preventiva e nas normativas aplicáveis à preservação de acervos documentais.

A visita técnica foi realizada na data dia 10 de setembro de 2025, ocasião em que a pesquisadora teve contato direto com a sala Professor Gláucio Veiga, espaço destinado à guarda da coleção especial de obras raras. Durante a permanência no local, foi possível examinar as condições ambientais, o mobiliário, os procedimentos de organização e conservação, além dos tipos de acondicionamento utilizados. O acesso ao ambiente ocorreu mediante autorização institucional, solicitada previamente por e-mail à coordenação da biblioteca, e foi autorizado com o acompanhamento da equipe responsável pelo setor, garantindo que a observação ocorresse de forma ética, segura e respeitando as práticas de preservação do acervo. O roteiro de observação contemplou elementos como:

- a) características físicas do ambiente: ventilação, incidência de luz, limpeza, temperatura e sinais de umidade;
- b) mobiliário e condições de armazenamento: tipo de estantes, distanciamento entre paredes e piso, distribuição dos volumes e estabilidade estrutural;
- c) estado de conservação dos materiais: presença de sujidades, desgaste, fungos, rasgos, deformações ou intervenções anteriores;
- d) acondicionamento: tipos de invólucros utilizados, qualidade dos materiais arquivísticos, uso de caixas, envelopes ou proteções plásticas adequadas;

e) procedimentos e práticas adotadas pela instituição: higienização, controle de pragas, monitoramento ambiental e políticas registradas.

A partir desse processo, foi possível registrar e analisar de forma sistemática as condições reais de preservação do acervo, permitindo identificar tanto os aspectos positivos observados quanto as fragilidades que demandam aprimoramento. Assim, a coleta de dados constituiu etapa essencial para compreender a relação entre a prática institucional e as recomendações teóricas discutidas ao longo do trabalho.

No que diz respeito às práticas de preservação, a biblioteca adota medidas preventivas e corretivas voltadas à conservação física de seus documentos. São realizadas atividades de higienização, acondicionamento em embalagens adequadas e registros diagnósticos que documentam a condição de cada item. Durante as reformas, por exemplo, houve a necessidade de embalar e reorganizar individualmente os livros, como forma de reduzir riscos de danos. Além disso, as intervenções seguem princípios de reversibilidade, evitando o uso de materiais que possam comprometer a integridade dos exemplares ao longo do tempo.

Embora os critérios de raridade definidos pela Fundação Biblioteca Nacional constituam a base normativa para diversas instituições brasileiras, a Biblioteca da FDR não se limita a reproduzi-los integralmente. Ao longo de sua história, a instituição adaptou essas diretrizes às particularidades de seu acervo, composto por coleções herdadas da Congregação do Oratório de Pernambuco e por obras de juristas e intelectuais que marcaram a história do ensino jurídico nacional. De acordo com Vilela *et al.* (2012, p. 34), “[...] atribuir a um documento a condição de raro ou valioso requer a análise do contexto em que o documento está inserido, além de cuidadosa avaliação dos elementos que o descrevem através de aspectos cronológicos, físicos, bibliológicos e culturais”. Essa abordagem evidencia que a raridade, para a Biblioteca da FDR, não pode ser medida apenas pela antiguidade, mas deve considerar o vínculo histórico, simbólico e institucional de cada exemplar.

Nesse sentido, os critérios estabelecidos pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife revelam um olhar expandido sobre a raridade documental, abrangendo não apenas livros, mas também impressos, manuscritos, periódicos e até objetos ligados à história institucional. Assim, são considerados raros: a) os anais dos primeiros eventos científicos realizados em Pernambuco; b) as obras de

autores pernambucanos de destaque; c) catálogos de exposições d) coleções de leis do Brasil e do exterior que fundamentaram o sistema judiciário; e) coleções particulares de professores e juristas; f) folhetos e folhas volantes do século XIX; g) manuais utilizados nos primeiros cursos superiores do país; h) manuscritos inéditos ou relevantes, além de documentos e objetos que compõem a memória institucional da FDR, como medalhas, bustos, selos, mobiliário e registros iconográficos. Incluem-se ainda primeiras edições, edições fac-similares⁵, teses defendidas até 1946, periódicos inaugurais, obras da Impressão Régia, da Coleção Brasiliiana e da própria Editora Universitária da UFPE. Essa diversidade de tipologias demonstra que a raridade, no contexto da Biblioteca da FDR, não se limita ao tempo ou à escassez, mas se associa ao valor cultural, histórico e simbólico do documento, considerado em sua inserção na memória acadêmica e social da instituição (Vilela *et al.*, 2012, p. 40).

A configuração da sala Gláucio Veiga como coleção rara na Biblioteca da FDR decorre não apenas da antiguidade e fragilidade dos materiais, mas também de sua natureza formativa, marcada pela incorporação de bibliotecas particulares de professores, juristas e intelectuais que integraram a história da instituição. Esses conjuntos documentais, reunidos por figuras de destaque no cenário jurídico pernambucano, conferem à coleção um valor singular, pois preservam não apenas obras de referência, mas também marcas de pertencimento, anotações de leitura, dedicatórias e outros vestígios que testemunham práticas intelectuais de diferentes épocas.

A decisão de situar essa coleção no mezanino está diretamente relacionada à necessidade de restringir o acesso físico, garantindo maior controle sobre a circulação dos usuários e reduzindo o manuseio indevido dos materiais. Além disso, a localização elevada contribui para mitigar riscos associados à infiltração e à umidade das áreas terreas, configurando-se como uma solução estratégica dentro das limitações arquitetônicas do edifício histórico. Dessa forma, o mezanino funciona não apenas como um espaço de guarda, mas como um ambiente de proteção intermediária, compatível com a tipologia e a relevância dos documentos que compõem a coleção.

⁵ Segundo o dicionário, uma edição fac-similar é uma cópia ou reprodução exata de um documento original, como um livro, manuscrito ou mapa, que busca ser o mais fiel possível à fonte primária.

Por se tratar de um edifício histórico, projetado originalmente para aproveitar a ventilação natural, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife não dispõe de sistemas modernos de climatização em todas as áreas. Essa característica estrutural impõe desafios à preservação documental, especialmente no que se refere ao controle da umidade relativa do ar, fator determinante para a conservação de materiais bibliográficos. Como solução, a instituição recorre ao uso de sacos desumidificadores (Figura 2) com sílica, que atuam como agentes de absorção da umidade presente no ambiente, contribuindo para reduzir os riscos de deterioração do papel, proliferação de fungos e oxidação de encadernações metálicas. Embora seja uma medida paliativa e de alcance limitado, essa prática demonstra a preocupação da biblioteca em adotar alternativas viáveis, dentro de suas condições infra estruturais, garantindo, na medida do possível, a estabilidade do ambiente de guarda e a preservação do acervo. É preciso reconhecer, no entanto, que o uso de sílica possui alcance limitado e não substitui a necessidade de um sistema de climatização adequado, capaz de garantir de forma mais eficaz a estabilidade ambiental e a preservação a longo prazo do acervo.

Figura 2 - Saco desumidificador



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Biblioteca da FDR procura evitar ao máximo o uso de luz artificial, considerando que o edifício foi projetado para aproveitar a iluminação natural em seus diferentes ambientes. Embora essa característica arquitetônica proporcione um aproveitamento eficiente da luz do dia, ela também impõe desafios à preservação do acervo, uma vez que a exposição inadequada à luminosidade pode acelerar processos de deterioração em documentos e materiais bibliográficos sensíveis. Para minimizar os riscos de danos provocados por fontes de luz, as lâmpadas artificiais permanecem desligadas (Figura 3) na rotina diária da biblioteca e são acionadas apenas em situações específicas, como durante visitas guiadas (Figura 4) ou quando algum procedimento de conservação e manuseio do acervo exige iluminação adicional. Essa prática evidencia o cuidado da instituição em conciliar o aproveitamento da arquitetura histórica com a necessidade de proteger os documentos raros, mantendo um equilíbrio entre acessibilidade, funcionalidade e preservação.

Figura 3 - Biblioteca (térreo)



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Figura 4 - Corredor com iluminação natural



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife está instalada em um edifício histórico cuja configuração arquitetônica resulta de sucessivas adaptações ao longo dos anos. A estrutura original, concebida no início do século XX, foi pensada para absorver ao máximo a ventilação natural e a luz do sol, características típicas das edificações do período, que buscavam conforto térmico em um contexto anterior à popularização dos sistemas mecânicos de climatização. Contudo, após sua transformação para atender às demandas contemporâneas de conservação documental e expansão das áreas de guarda, essa abundância de luz e circulação de ar passou a representar vulnerabilidades estruturais e ambientais, impactando diretamente as condições de conservação do acervo.

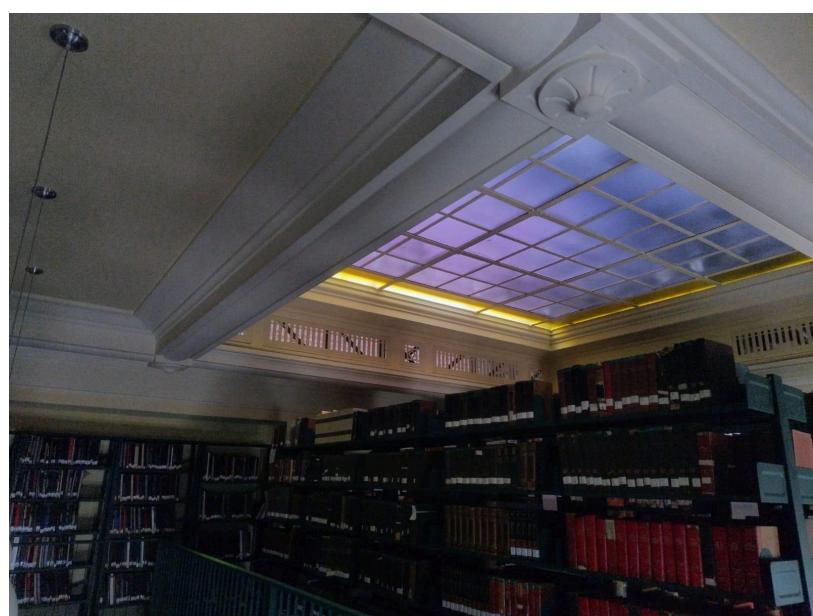
Os acréscimos construídos posteriormente, apesar de terem ampliado o espaço físico, intensificaram essas fragilidades ao criar ambientes com controle ambiental limitado e maior exposição a fatores de deterioração. O prédio é composto por três pavimentos principais, sendo os dois últimos acrescentados posteriormente, o que conferiu ao conjunto arquitetônico características distintas entre as áreas originais e as áreas anexas. Esses acréscimos, embora tenham ampliado a

capacidade de armazenamento, também introduziram vulnerabilidades estruturais e ambientais que impactam diretamente as condições de guarda dos materiais.

É nesse contexto que se insere a análise dos andares superiores da biblioteca. O segundo e o último andar da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, por terem sido incorporados posteriormente à edificação original, apresentam características que aumentam os riscos para a preservação do acervo. O último apresenta um risco maior por ser localizado próximo ao teto (Figura 5). Esse espaço sofre naturalmente com temperaturas mais elevadas, o que pode afetar a integridade das obras ali armazenadas. No entanto, a situação é limitada pelas condições orçamentárias da instituição, que não dispõe de recursos suficientes para a instalação de aparelhos de ar-condicionado adicionais.

Os equipamentos existentes foram estrategicamente alocados à sala de obras raras, cuja preservação exige controle climático mais rigoroso. Ademais, a manutenção de um novo sistema de climatização nos últimos andares seria complexa e dispendiosa: instalar um ar-condicionado sem possibilidade de manutenção adequada poderia provocar alterações bruscas no microclima do ambiente, acelerando a deterioração das obras em vez de protegê-las. Diante dessas limitações, a alternativa mais viável tem sido manter o espaço no clima ambiente, adotando medidas preventivas e de vigilância constantes, de modo a equilibrar a funcionalidade do prédio histórico com a preservação do acervo.

Figura 5 - Teto da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Para proteger o edifício e o acervo de possíveis danos biológicos causados por aves, a Biblioteca da FDR adota barreiras físicas específicas, como fios tensionados (Figura 6) e espículas anti-pombos (Figura 7). O sistema de fios tensionados consiste na instalação de arames longos e discretos ao longo de áreas estratégicas do prédio, impedindo que as aves consigam pousar sobre superfícies sensíveis ou estruturas arquitetônicas. Já as espículas anti-pombos atuam como obstáculos adicionais, reforçando a dificuldade de acesso das aves ao interior e ao entorno da biblioteca. A combinação dessas medidas não apenas evita a presença de pombos, mas também contribui para a manutenção de um ambiente limpo e protegido, reduzindo o risco de acúmulo de fezes, partículas orgânicas e contaminação do acervo. Essas ações, integradas à vigilância diária do espaço, permitem minimizar vulnerabilidades e diminuir de forma significativa a probabilidade de danos biológicos às obras, demonstrando o cuidado da instituição em adotar soluções práticas e eficazes dentro das condições disponíveis para a preservação do patrimônio documental.

Figura 6 - Fio tensionado anti pombos



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Figura 7 - Espículas anti pombos



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

6.1 Sala Professor Gláucio Veiga

José Gláucio Veiga, foi advogado, professor da Universidade Federal de Pernambuco e escritor, tendo se destacado tanto no campo jurídico quanto no literário. Natural da Paraíba, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife em 1948, onde também atuou como docente em disciplinas como Direito Tributário, Direito Econômico e Teoria Geral do Estado. Autor de diversas obras, algumas publicadas em outros idiomas, colaborou em jornais e revistas literárias e jurídicas no Brasil e no exterior.

Reconhecido por sua produção intelectual, recebeu prêmios da Academia Pernambucana de Letras, da Prefeitura do Recife e do governo da Paraíba. Foi membro da Academia Paraibana de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e da Associação Brasileira de Ciências Jurídicas. Sua contribuição para o ensino jurídico e para as letras consolidou seu legado como intelectual de grande relevância.

A nomeação da sala Professor Gláucio Veiga, que abriga as obras mais antigas e raras da biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, constitui uma homenagem à sua trajetória, ressaltando o vínculo entre a preservação do conhecimento e a memória de personalidades que marcaram a história acadêmica e cultural do país. Localizada em uma sala no mezanino do segundo andar da

biblioteca, essa área foi especialmente destinada à guarda de obras raras, configurando-se como um espaço de acesso restrito e manejo controlado.

Nesse espaço, a coleção proveniente da biblioteca dos Oratorianos, destaca-se a coleção Tobias Barreto, formada por exemplares em alemão, francês, italiano e latim do XIX, muitos deles relacionados à tradição intelectual da Escola do Recife. Somam-se a ela a coleção do Visconde de Santo Albino, composta por volumes dos séculos XVI ao XIX com ênfase na história do Brasil e de Pernambuco; além de parte significativa da coleção do Correio Braziliense (Figura 8). Essas coleções reunidas conferem à instituição um papel de destaque na salvaguarda do patrimônio bibliográfico e na preservação da memória jurídica, histórica e cultural do país.

Figura 8 - Correio Braziliense



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A sala destinada à guarda das obras raras (Figura 9) da Biblioteca da FDR constitui um espaço de preservação da memória jurídica e cultural, reunindo exemplares de alto valor histórico, acadêmico e patrimonial. Além da sala de obras raras, a Faculdade de Direito do Recife conta com o LABOR, Laboratório de Conservação e Restauração, um espaço técnico destinado às atividades de preservação, conservação e restauro do acervo bibliográfico e documental da instituição. O laboratório desempenha um papel fundamental no suporte às práticas

de conservação preventiva aplicadas à coleção rara, oferecendo infraestrutura e técnicas adequadas para o tratamento, estabilização e manejo seguro dos materiais. Além de atender às demandas internas da biblioteca, o LABOR também apoia projetos de pesquisa e extensão voltados à salvaguarda do patrimônio documental da Faculdade de Direito do Recife, contribuindo para a continuidade e a qualificação das ações de preservação.

Entre as coleções de destaque, encontra-se a Coleção Tobias Barreto, composta por livros em alemão que evidenciam a erudição do jurista sergipano e sua relevância para o pensamento jurídico brasileiro no século XIX. Essa coleção, adquirida pelo governo e posteriormente incorporada à Faculdade, é considerada de grande interesse tanto no âmbito nacional quanto internacional, refletindo o papel da instituição como depositária de um patrimônio documental singular. Para garantir a integridade física desses materiais durante deslocamentos internos, o transporte dos livros é realizado de forma segura, por meio de carrinhos apropriados, o que reduz o risco de quedas, impactos e esforços indevidos sobre as obras.

Figura 9 - Obras raras



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O acesso à sala é restrito e condicionado a critérios de preservação. Pesquisadores que necessitam consultar materiais específicos devem apresentar

uma solicitação formal, encaminhada por sua instituição de origem⁶, a qual passa pela apreciação da coordenação da biblioteca e da direção da Faculdade. Em alguns casos, o acompanhamento direto do bibliotecário durante a consulta é necessário, chegando a ocorrer a mediação do manuseio, como quando o profissional passa as páginas para o pesquisador, a fim de evitar danos ao documento. Tal prática reforça o compromisso com a preservação da integridade física das obras.

No que se refere às condições ambientais, a sala de obras raras apresenta atualmente um ambiente mais controlado e adequado à conservação da coleção. O espaço conta com sistema de climatização permanente, garantido por dois aparelhos de ar-condicionado que funcionam em regime de revezamento semanal, assegurando o controle contínuo da temperatura e da umidade, 24 horas por dia, durante os sete dias da semana. Além disso, há controle da incidência de luz natural, fator essencial para evitar a deterioração do papel e das encadernações. Essas medidas contribuem significativamente para reduzir a ação de agentes de degradação, como umidade, poeira e variações térmicas, representando um avanço importante em relação às limitações estruturais comuns a edifícios históricos e ao desafio adicional imposto pela proximidade da Faculdade com o mar, onde a maresia exige atenção constante.

Quanto ao acondicionamento, observou-se que parte da coleção está protegida por invólucros confeccionados com materiais de qualidade arquivística, caracterizados por serem livres de ácido, com pH neutro e produzidos em papel alcalino ou papelão especial. Esses materiais são reconhecidos por sua estabilidade química e por reduzirem reações de degradação provocadas pelo contato com embalagens inadequadas, o que contribui significativamente para prolongar a vida útil dos documentos.

As caixas utilizadas apresentam estrutura rígida e espessura adequada, oferecendo suporte físico e proteção contra luz, poeira, variações ambientais e impactos mecânicos. Seu formato foi planejado de modo a envolver completamente os livros, evitando compressões excessivas e permitindo manuseio mais seguro. Durante a visita in loco, foi possível perceber que esses invólucros auxiliam no isolamento dos materiais mais sensíveis, funcionando como uma barreira adicional contra riscos como abrasão, manuseio inadequado e flutuações de umidade.

⁶ Contato da coordenação da biblioteca, e-mail: bib.ccj@ufpe.br.

Além das embalagens em papel, constatou-se também o uso de invólucros plásticos apropriados, especialmente aqueles produzidos com poliéster (PET) — conhecido comercialmente como *Mylar* ou *Melinex*. Esse plástico é amplamente recomendado na conservação preventiva por ser quimicamente estável, livre de ácidos e isentos de plastificantes, o que impede reações químicas prejudiciais ao papel. O poliéster, em particular, destaca-se pela alta transparência, resistência mecânica e excelente estabilidade ao envelhecimento, sendo ideal para proteger obras frágeis, permitindo visualização sem necessidade de manuseio direto. O uso desse invólucro abrange a totalidade do acervo, indicando a padronização deste procedimento que assegura proteção uniforme.

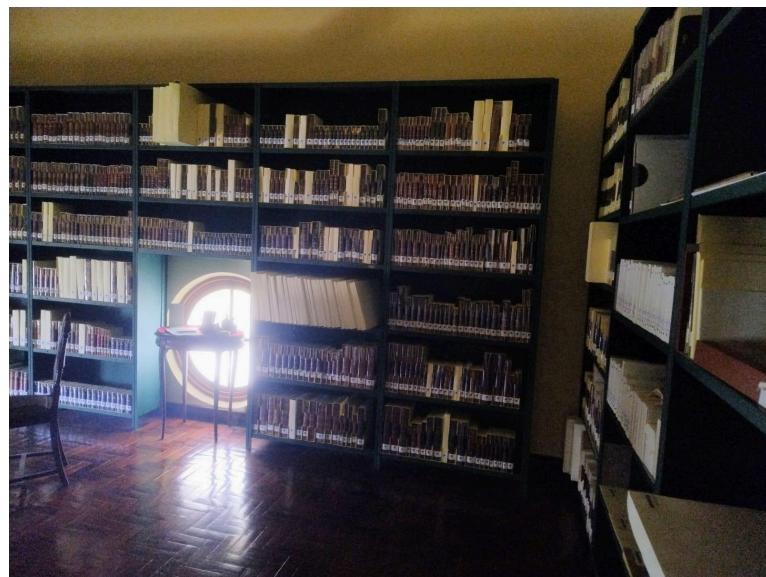
O emprego de acondicionamento arquivístico adequado representa uma etapa essencial dentro das práticas de conservação preventiva, garantindo não apenas a integridade física, mas também a estabilidade química das obras, especialmente no caso de documentos raros e históricos, cujo valor informacional e patrimonial exige cuidados contínuos e específicos.

Apesar das dificuldades, a sala de obras raras se afirma como um núcleo vital na salvaguarda do conhecimento jurídico brasileiro, pois configura-se hoje como um ambiente que alia segurança, controle ambiental e acesso restrito, atendendo aos requisitos básicos para a salvaguarda de acervos patrimoniais. Dessa forma, o espaço não apenas protege fisicamente a documentação mais valiosa da Faculdade de Direito do Recife, mas também reafirma o compromisso da biblioteca com a preservação da memória jurídica nacional, consolidando-se como um núcleo estratégico para a conservação e a valorização do patrimônio bibliográfico.

A sala destinada à guarda das obras raras apresenta características arquitetônicas singulares, entre as quais se destacam duas janelas (Figuras 10 e 11) localizadas próximas ao nível do chão, permitindo a entrada de luz natural diretamente no ambiente. Embora essa solução arquitetônica favoreça a iluminação sem a necessidade constante de recursos artificiais, também representa um desafio para a conservação, uma vez que a exposição contínua à luminosidade, mesmo natural, pode acelerar processos de deterioração em papéis e encadernações sensíveis. Como medida preventiva, a biblioteca adota a prática de manter as luzes artificiais permanentemente desligadas ao longo da semana, evitando qualquer exposição desnecessária. Esses pontos de iluminação só são acionados em

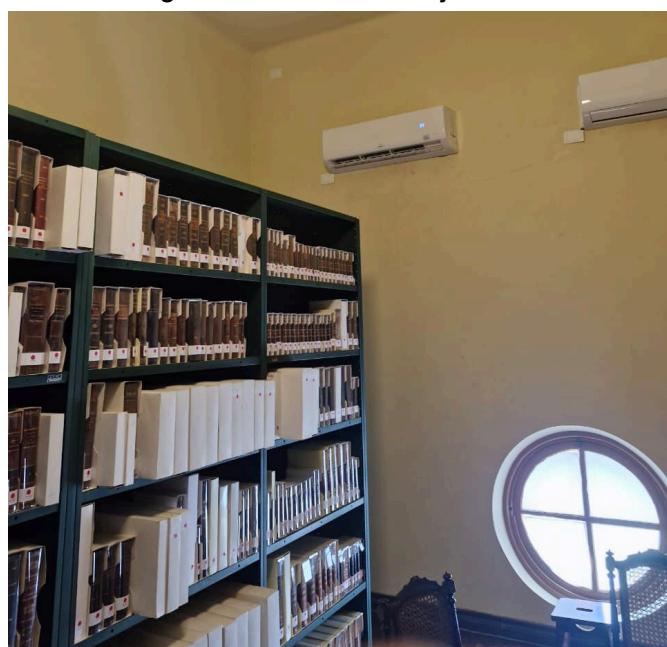
situações específicas, como durante visitas guiadas ou quando há necessidade de intervenção técnica e manuseio cuidadoso das obras.

Figura 10 - Amostra da janela 1



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Figura 11 - Amostra da janela 2



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

O monitoramento das condições ambientais da Sala Professor Gláucio Veiga é realizado por meio do uso de um *datalogger*, equipamento específico que possibilita a medição contínua de parâmetros essenciais, como temperatura e umidade relativa do ar. Esse instrumento registra de forma sistemática as variações

ocorridas ao longo do tempo, permitindo acompanhar de maneira precisa o microclima dos ambientes onde a coleção está armazenada. A utilização do *datalogger* (Figura 12) representa uma medida fundamental de conservação preventiva, pois oferece dados concretos que orientam diagnósticos e decisões sobre a adoção de estratégias de controle ambiental. Dessa forma, a biblioteca consegue não apenas identificar possíveis oscilações que possam comprometer a integridade física dos documentos, mas também estabelecer rotinas de vigilância mais eficazes, reforçando seu compromisso com a preservação das obras raras sob sua guarda.

Figura 12 - Datalogger de temperatura e umidade



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

A sala conta com um sistema de climatização permanente, fundamental para a manutenção das condições ideais de conservação da coleção. Esse sistema é composto por dois aparelhos de ar-condicionado (Figura 13) que funcionam em regime de revezamento semanal, ou seja, enquanto um aparelho opera durante uma semana inteira, o outro permanece desligado, garantindo sua manutenção e evitando sobrecarga. Esse controle (Figura 14), que é monitorado manualmente, permite manter a temperatura e a umidade em níveis estáveis e contínuos, funcionando 24 horas por dia, todos os dias da semana, minimizando riscos de

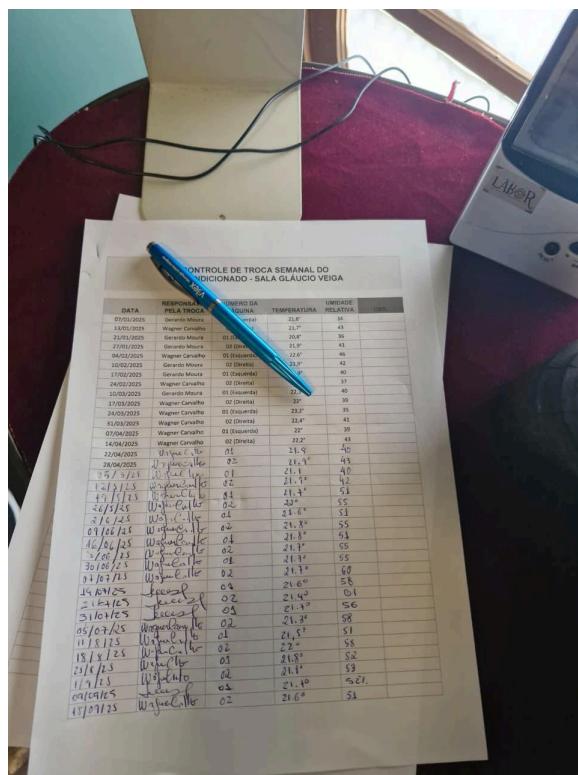
deterioração e contribuindo para a preservação prolongada dos documentos históricos.

Figura 13 - Ar condicionado



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Figura 14 - Controle de troca semanal do ar condicionado

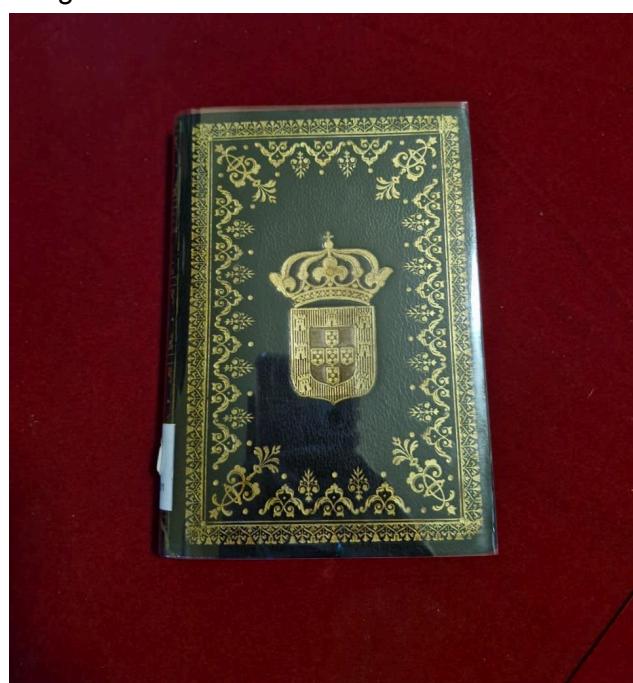


Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Entre os exemplares que compõem a coleção da biblioteca, destaca-se uma obra rara (Figura 15) que aborda um naufrágio histórico e que recebeu uma encadernação de luxo com detalhes em ouro, cujo valor estimado é de

aproximadamente um milhão de reais. Essa obra não se caracteriza apenas pelo seu valor monetário, mas sobretudo pelo seu significado histórico e cultural, representando um patrimônio de conhecimento que deve ser cuidadosamente preservado. A conservação de exemplares como esse é essencial, pois garante a manutenção de informações únicas, permite que futuras gerações tenham acesso a registros valiosos e contribui para a salvaguarda da memória coletiva, reforçando a importância de práticas rigorosas de preservação em bibliotecas especializadas em documentos raros.

Figura 15 - Obra rara encadernada em ouro⁷



Fonte: Dados da pesquisa (2025)

Além dos procedimentos de conservação preventiva observados no espaço físico, a instituição também adota estratégias de preservação digital, reconhecendo que a salvaguarda da coleção envolve tanto o cuidado material quanto a ampliação do acesso seguro às obras. Nesse sentido, a digitalização tem se consolidado como uma ferramenta essencial dentro das práticas contemporâneas de preservação e, em um contexto no qual as limitações financeiras dificultam a expansão de medidas de conservação preventiva, configura-se ainda como uma alternativa viável para reduzir o manuseio dos materiais e ampliar seu acesso.

⁷ Por questões de segurança, em virtude do elevado valor atribuído à obra, optou-se por não divulgar seu título e autoria.

Obras em domínio público, especialmente materiais de menor qualidade de produção, vêm sendo digitalizadas para assegurar sua continuidade e ampliar a consulta remota. Em muitos casos, a digitalização é acompanhada da conversão em leitura de caracteres, o que permite acessibilidade a estudantes com deficiência visual. Já no que se refere a obras ainda protegidas por direitos autorais, a instituição adota uma política rigorosa: o acesso só é autorizado mediante solicitação formal e devidamente documentada, garantindo o equilíbrio entre a difusão do conhecimento e o cumprimento da legislação vigente.

Apesar dessas iniciativas, a infraestrutura ainda representa um desafio. O mobiliário está em processo de atualização, com a substituição de caixas de papelão por recipientes metálicos mais duráveis. Entretanto, o prédio histórico que abriga a biblioteca não foi originalmente planejado para fins de preservação documental, o que gera vulnerabilidades relacionadas à iluminação, ventilação e ausência de climatização controlada em algumas áreas.

Os obstáculos enfrentados são significativos. A carência de recursos financeiros e humanos limita a execução de projetos contínuos de conservação e digitalização. O trabalho de preservação, quando realizado, depende de equipes reduzidas. Soma-se a isso a fragilidade estrutural, fator que compromete tanto a integridade física dos documentos quanto a preservação da memória acadêmica e cultural da instituição.

Ainda assim, a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife cumpre papel essencial na salvaguarda do conhecimento jurídico. Seu acervo não apenas registra a evolução da Faculdade e do ensino jurídico no Brasil, mas também se constitui como referência para pesquisadores nacionais e internacionais. O investimento em digitalização tem contribuído para preservar os originais, ampliar a circulação de informações e fortalecer a biblioteca como espaço de memória e produção científica. Além disso, os documentos sob sua guarda oferecem suporte a projetos de extensão e educação patrimonial, possibilitando que a comunidade acadêmica e a sociedade reconheçam o valor desse patrimônio. Nesse sentido, a biblioteca reafirma sua relevância como instituição guardiã da tradição jurídica brasileira, ao mesmo tempo em que busca adaptar-se às exigências contemporâneas de preservação e acesso ao conhecimento.

6.2 Análise e discussão dos resultados

A partir do diagnóstico realizado na Sala Professor Gláucio Veiga foi possível identificar aspectos relevantes relacionados à conservação preventiva das obras raras. A partir dessas informações, permitiu-se desenvolver uma análise crítica acerca dos recursos disponíveis, das práticas adotadas pela instituição e dos desafios ainda presentes. Dessa forma, os resultados são interpretados à luz das recomendações de autores como Cassares (2000) estabelecendo uma correlação entre os fundamentos teóricos sobre conservação e preservação documental e a realidade observada na instituição, de modo a avaliar em que medida o ambiente investigado contribui para a salvaguarda do conhecimento histórico.

A análise das condições ambientais e estruturais da Sala Professor Gláucio Veiga permitiu verificar que o espaço apresenta, em linhas gerais, práticas condizentes com a conservação preventiva de acervos raros. No que se refere à temperatura e à umidade relativa, observou-se a presença de dois aparelhos de ar-condicionado em funcionamento alternado, cada um permanecendo ativo durante uma semana completa, de forma contínua, durante 24 horas por dia. Essa estratégia assegura maior estabilidade ambiental e demonstra preocupação em evitar oscilações bruscas que poderiam acelerar processos de degradação do papel, como a proliferação de fungos em ambientes úmidos ou o ressecamento e fragilidade do suporte em condições excessivamente secas.

Além disso, o monitoramento diário da umidade fortalece esse controle, permitindo identificar desvios em tempo hábil. Ainda assim, cabe destacar que a alternância semanal dos equipamentos, embora funcione como solução prática para otimizar seu uso, pode trazer riscos de falha caso um dos aparelhos apresente defeito, evidenciando a necessidade de manutenção preventiva constante.

Quanto à radiação da luz, verificou-se que a sala dispõe de apenas duas janelas e que a incidência de luz solar não atinge diretamente as obras. Ressalta-se, entretanto, que a iluminação artificial é predominantemente fluorescente. Embora não tenham sido detectados danos visíveis relacionados à luz, estudos indicam que lâmpadas fluorescentes podem emitir radiação ultravioleta, o que, a longo prazo, acelera o processo de amarelamento e enfraquecimento das fibras do papel. Desse modo, seria recomendável a substituição gradual por lâmpadas LED com filtros UV.

integrados, conforme já adotado em outras instituições patrimoniais. Cassares (2000, p. 15).

A qualidade do ar também foi considerada satisfatória, visto que não se observou acúmulo significativo de poeira ou presença de odores que indicassem agentes poluentes. O acompanhamento sistemático realizado pela equipe técnica da biblioteca evidencia a preocupação em manter um ambiente salubre. Contudo, a ausência de sistemas modernos de filtragem do ar e de barreiras contra poluentes externos ainda constitui uma fragilidade, uma vez que a poluição atmosférica urbana pode, com o tempo, gerar danos químicos à coleção.

No tocante aos agentes biológicos, como fungos, roedores, insetos e aves, não foram identificados vestígios de infestação. Isso se deve tanto ao monitoramento das condições ambientais, quanto ao emprego de barreiras físicas; como fios tensionados e espículas, que afastam pombos e outras aves do edifício. Essa medida é relevante, considerando que as fezes de aves são altamente ácidas e podem causar danos estruturais ao prédio e indiretos à coleção. Todavia, é importante que esse controle seja continuamente avaliado, uma vez que agentes biológicos tendem a se adaptar ao ambiente, tornando imprescindível uma vigilância ativa.

No que se refere às intervenções de conservação, constatou-se que os reparos são conduzidos por profissionais especializados, com uso de materiais de qualidade arquivística. Isso garante que tais procedimentos não apenas evitem danos adicionais, mas também reforcem a preservação a longo prazo. Essa prática é positiva, pois contrasta com intervenções inadequadas ainda comuns em algumas instituições, nas quais se utilizam fitas adesivas, grampos metálicos ou colas plásticas, que acabam comprometendo a integridade do documento.

O manuseio e o acondicionamento da coleção também revelam práticas adequadas. Os usuários recebem instruções quanto ao manuseio correto, e em casos de maior fragilidade do documento, o bibliotecário acompanha a consulta, chegando até mesmo a realizar a viragem das páginas para o pesquisador. Essa mediação direta é um diferencial, pois demonstra a centralidade da figura do profissional da informação no processo de preservação.

A análise das condições de acondicionamento revelou que a biblioteca adota práticas alinhadas às recomendações da conservação preventiva, especialmente no que se refere ao uso de materiais adequados para a proteção de obras raras.

Observou-se que parte da coleção está acondicionada em invólucros produzidos com materiais de qualidade arquivística, como papel alcalino e papelão especial, ambos livres de ácido e com pH neutro. Esses materiais, conforme destaca a literatura especializada, apresentam maior estabilidade química e reduzem significativamente a ocorrência de processos de deterioração associados ao contato com embalagens inadequadas. Dessa forma, contribuem para prolongar a vida útil dos documentos e minimizar riscos de degradação física e química.

As caixas utilizadas demonstram atenção às necessidades estruturais dos volumes, apresentando rigidez e espessura apropriadas para oferecer suporte mecânico e proteção contra agentes externos, como poeira, luz e variações ambientais. A configuração desses invólucros envolvendo completamente os livros, além de evitar compressões indevidas, favorece um manuseio mais seguro, o que reforça a eficácia do acondicionamento como estratégia de mitigação de danos, sobretudo para materiais mais sensíveis.

Identificou-se também o emprego de invólucros plásticos confeccionados em poliéster (PET), material reconhecido por sua elevada transparência, resistência mecânica e estabilidade ao envelhecimento, é recomendado justamente por ser quimicamente inerte, livre de plastificantes e ácidos. A adoção do poliéster (PET) permite a visualização das obras sem a necessidade de manuseio direto, reduzindo riscos de abrasão, deformação e contaminação por agentes biológicos. A padronização desse tipo de invólucro na coleção indica um procedimento consistente de preservação, o que se destaca positivamente na análise das práticas observadas.

De modo geral, o conjunto de medidas relacionadas ao acondicionamento evidencia um entendimento claro da instituição sobre seu papel na conservação preventiva de documentos raros. Ao associar proteção física e estabilidade química, essas ações contribuem para a mitigação de riscos e para a manutenção das condições necessárias à preservação de obras de alto valor histórico e patrimonial. Entretanto, embora eficazes, tais práticas ainda demandam continuidade e revisão periódica, especialmente diante das limitações estruturais e ambientais do prédio histórico que abriga a coleção.

Por fim, no que diz respeito ao armazenamento, constatou-se que a Sala Professor Gláucio Veiga dispõe de condições básicas e satisfatórias para a guarda da documentação. Durante a visita *in loco*, observou-se que o mobiliário utilizado —

composto por estantes metálicas — apresenta estabilidade e capacidade adequada para suportar a coleção.

Além disso, verificou-se que a disposição dos documentos é funcional, e segue completamente recomendações de conservação preventiva, como o distanciamento adequado dos materiais em relação ao piso e o uso de caixas ou envelopes arquivísticos padronizados para proteção física. Foram identificados instrumentos de monitoramento ambiental, como termohigrômetros, registros sobre medições periódicas de temperatura e umidade, fatores essenciais para o controle das condições microclimáticas que impactam diretamente a longevidade da coleção.

Protocolos documentados sobre higienização, inspeção de pragas e manutenção preventiva reforçam a sistematização das práticas de conservação. Assim, o espaço cumpre uma função de armazenamento imediato e funcional, evidenciando que os procedimentos implementados contêm medidas contínuas que assegurem condições adequadas à preservação dos documentos raros e históricos sob a guarda da instituição.

Ao comparar as condições observadas na Sala Professor Gláucio Veiga com a realidade do acervo geral da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, percebe-se uma distinção significativa entre os níveis de controle ambiental e as práticas de conservação adotadas. Enquanto a coleção de obras raras é mantida em ambiente climatizado, com monitoramento constante da temperatura e da umidade relativa do ar, o acervo geral permanece em áreas que ainda dependem majoritariamente da ventilação natural, sujeitas às variações climáticas e à umidade típica da cidade do Recife. Nessas áreas, a ausência de controle ambiental automatizado e de barreiras contra agentes poluentes torna o acervo mais vulnerável à degradação gradual dos suportes, especialmente dos impressos de maior antiguidade.

Essa diferença evidencia que, embora a instituição disponha de uma política de conservação bem estruturada, a verba disponível é majoritariamente destinada à manutenção da sala de obras raras, conforme informado pelo bibliotecário responsável, o que restringe a aplicação de medidas semelhantes em outros setores da biblioteca. A adoção de medidas simples, como o uso de desumidificadores, a limpeza preventiva periódica e o acondicionamento em invólucros de pH neutro, poderia reduzir significativamente o impacto das condições ambientais sobre os documentos. Nesse sentido, o modelo de conservação aplicado à Sala Professor

Gláucio Veiga pode servir de referência para o aprimoramento das demais seções da biblioteca, demonstrando que a preservação do conhecimento histórico e jurídico depende não apenas de ações pontuais, mas de uma política institucional integrada que valorize a memória documental em sua totalidade.

De modo geral, o diagnóstico aponta que a Sala Professor Gláucio Veiga possui condições que se alinham às recomendações de conservação preventiva. Ainda assim, persistem desafios que merecem atenção, como a necessidade de aprimorar a filtragem do ar, avaliar periodicamente a eficiência da iluminação artificial utilizada e garantir a manutenção preventiva dos equipamentos de climatização.

A Sala Professor Gláucio Veiga apresenta fragilidades importantes relacionadas ao controle ambiental, especialmente no que diz respeito à regulação da umidade relativa do ar. Durante a visita técnica, observou-se que o desumidificador — equipamento essencial para estabilizar o microclima e evitar a proliferação de fungos — encontrava-se em manutenção, sem previsão de retorno e sem possibilidade imediata de substituição devido às limitações orçamentárias da instituição. Essa situação evidencia uma vulnerabilidade significativa, já que, conforme Paglione (2017), a umidade elevada é responsável por danos como manchas fúngicas, deformações estruturais e enfraquecimento das fibras do papel, enquanto Cassares (2000) reforça que o controle ambiental é um dos pilares da conservação preventiva. A ausência de equipamentos plenamente funcionais coloca o acervo em situação de risco, sobretudo em um espaço localizado no mezanino do segundo andar, mais suscetível a variações ambientais por estar próximo à cobertura do prédio.

Essa dificuldade operacional também revela a necessidade de uma política consistente de arrecadação e destinação de recursos para a manutenção dos equipamentos de conservação preventiva. Se os aparelhos de ar-condicionado — igualmente essenciais para o controle de temperatura — vierem a falhar, não há garantia de reposição imediata, o que pode gerar um colapso no controle do microclima da sala, como já se observou no caso do desumidificador.

Antunes (2010) destaca que ambientes estáveis, com temperatura entre 18°C e 20°C e umidade entre 55% e 60%, são fundamentais para prolongar a vida útil das obras; entretanto, sem recursos, tais parâmetros tornam-se inviáveis. Além disso, Zhuang (2025) aponta que a instabilidade ambiental acelera reações químicas e fragiliza as fibras celulósicas, reforçando a urgência de investimentos contínuos.

Portanto, torna-se imprescindível que a instituição desenvolva estratégias de captação de verba — seja por meio de editais, projetos de extensão, parcerias ou apoio cultural — garantindo a reposição de equipamentos e a autonomia mínima necessária para a preservação da sua coleção rara. A adoção de uma política institucional de financiamento garantiria não apenas a sustentabilidade das ações de conservação, mas também a proteção efetiva do patrimônio bibliográfico sob guarda da Faculdade. Essas observações críticas reforçam que a conservação de documentos raros não é um processo estático, mas dinâmico, que exige atualização constante frente às novas demandas e tecnologias disponíveis.

A partir dessa análise, torna-se evidente que a conservação de documentos raros demanda um conjunto articulado de ações técnicas, institucionais e humanas, que ultrapassam o simples controle ambiental. O estudo de caso da Sala Professor Gláucio Veiga revela tanto os avanços obtidos pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, quanto os desafios que ainda persistem para consolidar uma política integrada de preservação.

A análise dos resultados obtidos na Sala Professor Gláucio Veiga permite refletir sobre a aplicação prática dos princípios de conservação preventiva e sobre a efetividade das ações adotadas pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife na salvaguarda da sua coleção rara. Conforme destaca Cassares (2000), a conservação preventiva deve priorizar o controle dos fatores ambientais e estruturais que influenciam o estado físico dos documentos, reduzindo ao máximo a necessidade de intervenções diretas e garantindo a longevidade dos suportes. Nesse sentido, as práticas observadas demonstram um alinhamento satisfatório com tais recomendações, sobretudo quanto à climatização contínua, ao controle de umidade e às medidas de segurança adotadas para evitar danos mecânicos e biológicos.

A presença de equipamentos de climatização operando de forma alternada, o monitoramento diário das condições ambientais e o uso de materiais de qualidade arquivística refletem um compromisso institucional com a preservação preventiva. Esses elementos dialogam com o que Paiva (2012) chama de “preservação integrada”, na qual a gestão ambiental, o acondicionamento e o manuseio responsável são compreendidos como partes de um mesmo processo de proteção do patrimônio documental. A atuação do bibliotecário, nesse contexto, ganha destaque ao assumir uma postura mediadora entre a coleção e o usuário,

equilibrando o acesso à informação com a responsabilidade de zelar pela integridade física dos documentos.

Por outro lado, a comparação entre a realidade da Sala Professor Gláucio Veiga e o acervo geral da biblioteca evidencia desigualdades estruturais que merecem atenção. Enquanto o espaço destinado às obras raras dispõe de recursos adequados para o controle ambiental e acompanhamento técnico especializado, o acervo de uso corrente ainda enfrenta limitações que o expõem a condições ambientais menos favoráveis. Essa disparidade reforça o que Barros (2018) aponta sobre a necessidade de políticas institucionais de preservação abrangentes, que contemplam todos os tipos de acervo e promovam a padronização mínima de práticas preventivas.

Além disso, é importante reconhecer que a conservação de documentos raros vai além do cuidado físico. Ela representa um compromisso com a salvaguarda do conhecimento histórico, pois cada obra preservada mantém viva uma parcela da memória jurídica, cultural e social do país. Nesse aspecto, o caso estudado demonstra que o investimento em infraestrutura e capacitação profissional é essencial para que a preservação se traduza também em acesso sustentável ao patrimônio documental. A manutenção preventiva dos equipamentos, a atualização tecnológica e o fortalecimento da equipe técnica são ações que garantem a continuidade dessas práticas e evitam a perda irreversível de informações valiosas.

A análise crítica realizada permite afirmar que a Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife tem alcançado avanços significativos no tratamento e na conservação de seu acervo raro, ainda que persistam desafios relacionados à ampliação das práticas de preservação para o restante da instituição. O modelo aplicado na Sala Professor Gláucio Veiga configura-se, portanto, como um referencial de boas práticas, capaz de inspirar a formulação de uma política institucional de conservação e de contribuir para o fortalecimento da cultura de preservação no âmbito universitário.

Por fim, observa-se que a integração entre teoria e prática, proposta por este estudo, evidencia que a preservação documental não deve ser tratada como uma ação isolada, mas como parte de uma política contínua e interdisciplinar de gestão da memória. A aplicação coerente dos princípios da conservação preventiva, aliada à valorização do papel do bibliotecário e ao reconhecimento do valor histórico dos

documentos, constitui o caminho mais consistente para garantir a permanência e a acessibilidade do conhecimento registrado ao longo do tempo.

Dessa forma, comprehende-se que a proteção e a preservação de obras raras transcendem o aspecto financeiro, assumindo um papel fundamental na conservação do patrimônio cultural e histórico. Investir em estratégias de conservação eficazes é investir na perpetuação do conhecimento e na valorização da memória cultural, assegurando que documentos únicos permaneçam acessíveis e íntegros para as próximas gerações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as práticas de conservação e preservação de documentos raros na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, notadamente, na sala Gláucio Veiga, buscando compreender como essas ações contribuem para a salvaguarda do conhecimento histórico e jurídico. A partir da investigação realizada, foi possível observar que a instituição desenvolve uma série de procedimentos que, embora restritos ao espaço disponível e aos recursos existentes, garantem a manutenção e a proteção do acervo, minimizando riscos de degradação física, biológica e ambiental.

A análise do contexto histórico, aliada à caracterização do acervo e ao levantamento das políticas de conservação, evidenciou que o controle ambiental, o monitoramento contínuo e a implementação de práticas específicas, como a climatização alternada dos aparelhos de ar-condicionado e o uso de desumidificadores, desempenham papel fundamental na preservação das obras raras. Além disso, o cuidado com a iluminação natural e artificial, assim como o manuseio criterioso das peças, demonstra a preocupação da biblioteca em alinhar conservação preventiva e acesso controlado, garantindo que o patrimônio bibliográfico continue disponível para consulta e pesquisa.

Ao retomar o objetivo geral, concluiu-se que ele foi plenamente alcançado. A análise integrada entre revisão bibliográfica, diagnóstico de conservação e observação direta permitiu compreender como as ações adotadas pela instituição contribuem para a salvaguarda do conhecimento histórico e jurídico preservado em sua coleção rara. Os objetivos específicos também foram atendidos ao longo do desenvolvimento do trabalho. O primeiro objetivo, caracterizar os acervos e as obras raras, foi contemplado na seção 4, no qual se discutiram os critérios de raridade, os aspectos materiais dos livros e os parâmetros institucionais adotados pela Biblioteca da FDR. Essa etapa possibilitou contextualizar o valor histórico e documental da sala Gláucio Veiga.

O segundo objetivo, desenvolver o diagnóstico de conservação, foi alcançado na seção 6, especialmente na seção dedicada ao diagnóstico, em que se avaliaram as condições ambientais, estruturais e físicas da coleção, além da identificação dos principais riscos de degradação. O detalhamento das práticas observadas revelou tanto as potencialidades quanto às fragilidades existentes no espaço destinado às

obras raras. Além disso, a seção 5 apresenta recomendações teóricas fundamentadas na literatura especializada, que serviram como base comparativa para a avaliação das práticas observadas e sustentaram a análise realizada na etapa seguinte.

Já o terceiro objetivo, assinalar recomendações às práticas de conservação, foi contemplado na seção 6, sobretudo na subseção de análise e discussão dos resultados. A partir do confronto entre a literatura técnica e a realidade observada, foi possível indicar caminhos de aprimoramento, reforçando a importância de ações preventivas contínuas, manutenção regular dos equipamentos e fortalecimento de políticas institucionais de preservação.

Retomando a questão que orientou esta pesquisa — de que forma as práticas de conservação adotadas pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife, especialmente na sala Gláucio Veiga, contribuem para a salvaguarda do conhecimento contido em sua coleção de documentos raros — conclui-se que as práticas atuais desempenham papel significativo na proteção e estabilidade das obras, ainda que enfrentam limitações estruturais e financeiras. O controle ambiental, o uso de desumidificadores, a climatização alternada do ar-condicionado, o monitoramento constante e o cuidado com a iluminação constituem estratégias eficazes de conservação preventiva. Tais ações, mesmo operando dentro das possibilidades institucionais, contribuem para minimizar riscos de deterioração e assegurar a permanência da coleção para fins de pesquisa, memória e transmissão do conhecimento.

Assim, confirma-se que as práticas adotadas pela biblioteca, embora passíveis de aprimoramentos, possuem impacto direto na salvaguarda do patrimônio documental que a sala Gláucio Veiga representa. A continuidade dessas ações, associada ao fortalecimento de políticas institucionais e investimentos técnicos, é fundamental para garantir que esses documentos históricos permaneçam acessíveis às futuras gerações.

Este estudo contribui para a reflexão sobre a importância da preservação documental em bibliotecas universitárias, ressaltando que a salvaguarda de obras raras não se limita à manutenção física dos exemplares, mas também à proteção do conhecimento e da memória cultural que eles carregam. As práticas observadas na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife podem servir de referência para outras

instituições, especialmente no que se refere à gestão de acervos históricos e à elaboração de políticas de conservação eficazes.

Entre as limitações do presente trabalho, destaca-se a restrição do estudo a um único acervo e espaço físico, o que impossibilitou uma análise comparativa mais ampla com outras bibliotecas especializadas. Além disso, embora tenha sido possível avaliar as condições de conservação e os procedimentos adotados, questões relacionadas a recursos humanos especializados e investimentos tecnológicos não puderam ser aprofundadas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo para outros acervos raros em diferentes bibliotecas do país, bem como a análise da aplicação de novas tecnologias na preservação documental, incluindo digitalização, monitoramento automatizado e métodos avançados de conservação preventiva. Tais estudos poderiam contribuir para a construção de protocolos mais eficientes e para a disseminação de boas práticas em instituições que lidam com acervos históricos valiosos.

Em síntese, a preservação e conservação de documentos raros revelam-se essenciais não apenas para a proteção do patrimônio físico, mas também para a manutenção do conhecimento histórico, científico e cultural. Este trabalho reafirma a relevância de políticas de conservação bem estruturadas e de uma gestão cuidadosa dos acervos, evidenciando que a preservação do conhecimento é, acima de tudo, um compromisso com as futuras gerações de pesquisadores, estudantes e cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Margaret Alves. **Pequenos reparos em material bibliográfico.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.santoandre.sp.gov.br/biblioteca/pesquisa/con_detalhe.asp?ID=109283&vHistoryNovo=sim. Acesso em: 5 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Obras raras na Biblioteca do Ministério da Justiça.** Brasília, D.F: Secretaria de Documentação e Informática, 1981. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/9677>
- CÂMARA, Phaelante da. **Memória histórica da Faculdade do Recife, ano de 1903.** Recife: Imprensa Industrial, 1904. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31991>.
- CASSARES, Norma Cianfone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** [S. l.]: Arquivo do Estado, 2000. Disponível em: https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf.
- CASTRO, César Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre “O Nome da Rosa”. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 4, p. 1–20, 2006.
- DODEBEI, Vera. **Memória e construções de identidades.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- ECO, Umberto. **Memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia.** Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; GADELHA, Zacharias; GAMBA, Camila. Digitalização e preservação digital: a experiência do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP). **Ciência da Informação**, v. 41, n. 1, 2014. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Digitaliza%C3%A7%C3%A3o_e_preserva%C3%A7%C3%A3o_digital_-_a_experi%C3%A3ncia_no_Sistema_Integrado_de_Bibliotecas_da_Universidade_de_S%C3%A3o_Paulo_%28SIBiUSP%29_%28Cionline_1360%29.pdf.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Critérios de Raridade da Fundação Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: FBN, 2012. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/documentos/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional>.
- GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica.** Local: Editora Vozes, 2025. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cTc_EQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=gil+como+elaborar+pesquisa+qualitativa&ots=vOSUaBeKTT&sig=Kvfuf-GfwXMsbl65rBXNwAapJFY&redir_esc=y#v=onepage&q=gil%20como%20elaborar%20pesquisa%20qualitativa&f=false.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38881088/como_classificar_pesquisas.pdf.

HOFFBAUER, Daniela. **Afonso Augusto Moreira Pena Júnior**. Local: Arquivo Nacional – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2020. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/79-producao/70-biografias/954-afonso-augusto-moreira-pena-junior>.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Local: Editora, 1990.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. A digitalização de acervos no Brasil segundo a pesquisa TIC cultura. **Revista Brasileira em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://abhd.org.br:443/ojs2/ojs-3.3.0-9/index.php/rbhd/article/view/21>.

MACHADO, Josiele dos Santos. **Métodos e técnicas de conservação de acervos raros: um estudo sobre a Biblioteca Rio-Grandense**. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5900>.

MAGALHÃES, Ramon de França. **Estudo sobre a preservação e conservação de obras raras/coleções especiais da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciência da Informação, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32024>.

MÁRDERO ARELLANO, Miguel Ángel. **As coleções de obras raras na biblioteca digital**. 1998. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) -Universidade de Brasília, Brasília, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1524>.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 2002.

MORAES, R. B. **O bibliófilo aprendiz**. Brasília, DF: Briquet de Lemos; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 67-71.

NASCIMENTO, Leonardo Junior do. **A Congregação do Oratório de São Felipe Néri no mundo português: historiografia, espiritualidade e organização - Século XVIII**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>.

PAGLIONE, Camila Zanon. **Glossário visual de conservação**: um guia de danos comuns em papéis e livros. Local: Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. -2. ed.. Local: Feevale, 2013. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=prodanov+e+freitas&ots=dd13gbA7GS&sig=lgNhqw82xVK3wOjOA_9ux0OLgOU&redir_esc=y#v=onepage&q=prodanov%20e%20freitas&f=false.

LARA FILHO, Durval de. **Museu**: de espelho do mundo a espaço relacional. 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PINHEIRO, Ana Virginia. Livro raro: antecedentes, propósitos e definições. In: SILVA, H. C.; BARROS, M. H. T. C. (org.). **Ciência da Informação**: múltiplos diálogos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 31-44.

PINHEIRO, Mariza Inês da Silva et al. Pela preservação da memória documental como uma garantia do acesso à informação, à memória e à cidadania. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 513–530, 2009. Disponível em:
<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/694>.

RODAS, Sérgio. **Criação de cursos de Direito ajudou a desenvolver Estado após a independência**. Consultor Jurídico, 2022. Disponível em:
<https://www.conjur.com.br/2022-jan-06/criacao-cursos-direito-ajudou-desenvolver-estado-brasileiro/#:~:text=As%20faculdades%20de%20Direito%20tamb%C3%A9m%20tiveram%20um,Universidade%20do%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro>.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras? Critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 115-121, jan./abr. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/kjVbynXtsnhVZCcgVPB6xH/?format=pdf&lang=pt>.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Como definir obras raras: critérios da Biblioteca Mário de Andrade. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v.54, p.231-252, jan./dez. 1996. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/7104181/ObrasRaras>.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 2, n. 3, p. 1–18, 2009. Disponível em:
<https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/10530>.

SOARES, Suelen Garcia. **Organização e preservação de livros raros na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. 2009. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:
<https://bdm.unb.br/handle/10483/971>.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz; ROSADO, Alessandra; FRONER, Yacy-Ara. **Roteiro de avaliação e diagnóstico em conservação preventiva**. 2008. Disponível em:
<https://wiki.mpmg.mp.br/patrimoniocultural/lib/exe/fetch.php?media=caderno1.pdf>.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual técnico de preservação e conservação**: documentos extrajudiciais CNJ. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/553642018/Manual-Tecnico-de-Preservacao-e-Conservacao-de-Documentos-Extrajudiciais>.

VEIGA, Gláucio. **Origem da atual área da Faculdade de Direito do Recife**. [Recife]: FDR, [1994]. (Série Cardernos da Faculdade, 1).

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>.

VILELA, Karine Gomes Falcão *et al.* (org.). **Obras raras e valiosas**: critérios adotados pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. (Coleção Novos Talentos). Disponível em:
<https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/274>.

ZHUANG, Wenjia. A Study on the Deterioration and Conservation of Paper-Based Cultural Heritage. In: **2025 4th International Conference on Science Education and Art Appreciation (SEAA 2025)**. Atlantis Press, 2025. p. 500-511. Disponível em: <https://www.atlantis-press.com/proceedings/seaa-25/126014468>.

APÊNDICE A - DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO

Quadro 1 - Diagnóstico de conservação das obras raras utilizado na visita *in loco*

Item de Verificação - Fatores ambientais	Guia de Avaliação	Situação
Temperatura e Umidade Relativa	<ul style="list-style-type: none"> - Existem termo-higrômetros no local? - As medições são registradas? - Os níveis estão estáveis e próximos de 20°C e 45-50% UR? - Existem equipamentos de climatização? Estão funcionando? 	<input checked="" type="checkbox"/> Atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não aplicável
Radiação da luz	<ul style="list-style-type: none"> - Há incidência de luz solar direta no acervo? - As janelas possuem cortinas, persianas ou filtros UV? - Qual o tipo de iluminação artificial (LED, fluorescente)? 	<input checked="" type="checkbox"/> Atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não aplicável

	<ul style="list-style-type: none"> - As lâmpadas possuem filtros UV? 	
Qualidade do ar	<ul style="list-style-type: none"> - Há acúmulo visível de poeira nas superfícies? - O ambiente possui sistema de ventilação/filtragem de ar? - Há presença de odores fortes, mofo ou poluição? 	<p>() Atende aos parâmetros recomendados (X) Não atende aos parâmetros recomendados () Não aplicável</p>
Item de Verificação - Agentes biológicos	Guia de Avaliação	
Fungos	<ul style="list-style-type: none"> - Há cheiro de mofo no ambiente? - Existem manchas (esverdeadas, pretas, brancas) nos documentos ou paredes? - Há áreas visivelmente úmidas? 	<p>() Atende aos parâmetros recomendados (X) Não atende aos parâmetros recomendados () Não aplicável</p>
Roedores e Insetos	<ul style="list-style-type: none"> - Foram encontrados vestígios (fezes, ninhos, materiais roídos)? - Há presença de insetos (vivos ou mortos) ou armadilhas? 	<p>() Atende aos parâmetros recomendados (X) Não atende aos parâmetros recomendados () Não aplicável</p>

	<p>- Os documentos apresentam furos, galerias ou perdas de suporte?</p>	
Item de Verificação - Intervenções inadequadas	Guia de Avaliação	
Reparos Anteriores	<p>- Foram utilizados materiais como fitas adesivas, colas plásticas ou grampos metálicos?</p> <p>- Os reparos estão causando manchas, rigidez ou danos adicionais?</p>	<input type="checkbox"/> Atende aos parâmetros recomendados <input checked="" type="checkbox"/> Não atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não aplicável
Item de Verificação - Manuseio e acondicionamento	Guia de Avaliação	
Manuseio	<p>- A equipe e os usuários recebem orientação sobre manuseio?</p> <p>- São utilizados apoios para consulta de livros e documentos?</p> <p>- O transporte é feito de forma segura (carrinhos)?</p>	<input checked="" type="checkbox"/> Atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não aplicável

Acondicionamento	<ul style="list-style-type: none"> - Os documentos estão em invólucros (caixas, pastas)? - O material dos invólucros é quimicamente estável (pH neutro)? - O tamanho dos invólucros é adequado ao documento? 	<input checked="" type="checkbox"/> Atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não aplicável
Armazenamento	<ul style="list-style-type: none"> - O mobiliário é de material adequado? - As estantes não estão superlotadas ou os documentos não estão empilhados? - Há distância entre o mobiliário, o chão e as paredes? 	<input checked="" type="checkbox"/> Atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não atende aos parâmetros recomendados <input type="checkbox"/> Não aplicável

Fonte: Dados da pesquisa (2025)